

A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém



Eduardo José Monteiro da Costa¹

RESUMO

As discussões sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global colocaram a Amazônia no centro de interesses e debates internacionais, o que tende a se avolumar com a proximidade da realização da trigésima Conferência das Partes (COP 30), prevista para ser realizada no mês de novembro de 2025 em Belém. Esse paper, portanto, foi elaborado com o objetivo de instrumentalizar o debate público sobre a busca pelo desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento da Amazônia e a questão da soberania nacional. Está organizado em algumas sessões que nos permitem olhar para além da superficialidade do debate, incluindo temas como a cobiça internacional pela região, os principais marcos históricos a respeito da sustentabilidade ambiental, a controversa relação entre busca pela sustentabilidade e manutenção da soberania nacional e a polêmica a respeito da atuação das organizações não-governamentais na região. Em sua conclusão aponta para a necessidade de se delinear um projeto de sociedade sustentável para a Amazônia que enseje o desenvolvimento de uma civilização florestal tropical única. Esse processo, que passa pela construção de um “pacto pela Amazônia” e requer o envolvimento de múltiplos atores, mas necessita ter nos amazônidas a sua origem e finalidade.

Palavras-chave: Amazônia. COP 30. Desenvolvimento sustentável. Soberania nacional.

¹ Doutor em Economia pela Unicamp. Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Correio eletrônico: ejmcosta@ufpa.br.

ABSTRACT

Discussions on sustainability, climate change and global warming have placed the Amazon at the center of international interests and debates, which tends to increase with the proximity of the thirtieth Conference of the Parties (COP 30), scheduled to be held in November 2025 in Belém. This paper, therefore, was prepared with the aim of instrumentalizing the public debate on the search for sustainable development, the development of the Amazon and the issue of national sovereignty. It is organized into a few sessions that allow us to look beyond the superficiality of the debate, including topics such as international greed for the region, the main historical milestones regarding environmental sustainability, the controversial relationship between the search for sustainability and maintenance of national sovereignty and the controversial regarding the activities of non-governmental organizations in the region. In its conclusion, it points to the need to outline a sustainable society project for the Amazon that leads to the development of a unique tropical forest civilization. This process, which involves the construction of a “pact for the Amazon” and requires the involvement of multiple actors, but needs to have its origin and purpose in the Amazonians.

Keywords: Amazon. COP 30. Sustainable development. National sovereignty.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global colocaram a Amazônia no centro de interesses e debates internacionais com um viés pluridimensional, justamente por possuir aspectos históricos, econômicos, antropológicos, ambientais, ecossistêmicos, sociais e geopolíticos. Nessa plêiade, parte importante da culpa pelos recentes fenômenos ambientais em escala global é creditada ao modelo socioeconômico de ocupação implantado na região e ao decorrente processo de desmatamento da Hileia. A Amazônia se torna – como alertava Armando Dias Mendes (um de seus principais intérpretes), se valendo de uma alegoria com a música *Geni e o Zepelim* da Ópera do Malandro de Chico Buarque de Hollanda – a Geni da Gaia². Ora cobiçada, ora culpada pela desgraça ambiental contemporânea, e por isso apedrejada (“Joga pedra na Geni!”), a Amazônia assume a condição de instrumento ímpar da salvação pública (Mendes, 2014).

Esse debate tende a se avolumar com a proximidade da realização da trigésima Conferência das Partes (COP 30), prevista para ser realizada no mês de novembro de 2025 em Belém; evento que se reveste de forte simbolismo, em especial pela capital do Pará ser uma das cidades mais importantes da Amazônia. Nesse momento, políticos, ambientalistas, cientistas, movimentos sociais e a imprensa do mundo todo debaterão o futuro do planeta, e como parte importante da discussão certamente estará a problemática ambiental e o destino da Amazônia. Por isso, no período que antecede ao evento é preciso estabelecer uma estratégia para o nivelamento das informações com a sociedade amazônica, de modo que ela compreenda a real dimensão da conferência e o seu contexto; assumindo, assim, protagonismo. Ou seja, os amazônidas não podem ser confinados ao papel de meros espectadores privilegiados do debate ambiental global e da participação da Amazônia na construção de uma trajetória alternativa, mas precisam se assenhorar de informações que lhes possibilitem atuar para a construção de uma trajetória que também lhes interesse³.

Esse alerta é importante, sobretudo porque no decurso de uma dinâmica histórica recorrente as ações planejadas e implantadas na região procedem de interesses, condicionantes e macrodecisões externas; ou seja, ao largo da sociedade regional e de suas reais necessidades. Com isso, as ações ocorrem na Amazônia e não para os amazônidas. Somado a isso, muitos dos debates sobre a região incorrem na armadilha da superficialidade, decorrente principalmente do desconhecimento dos seus condicionantes históricos, geográficos e institucionais que moldaram a sua ordem social e influenciaram a sua dependência de trajetória. Limitam-se apenas ao fenômeno aparente – como, por exemplo: pobreza, desigualdade, conflitos fundiários, baixa agregação de valor da economia regional ou desmatamento –, ignorando os principais determinantes causais que moldaram a espacialidade de seu subdesenvolvimento e que se manifesta numa sociedade de contrastes, com setores econômicos proeminentes, como a mineração e o agronegócio,

2 Gaia na mitologia grega, no poema *Genealogia dos Deuses*, de Hesíodo, é descrita como a personificação da Terra ou da Mãe-Terra.

3 De acordo com estimativa do IBGE, no ano de 2022 havia 29,5 milhões de habitantes na Amazônia Legal.

porém, paradoxalmente (ou conseqüentemente, dependendo do olhar)⁴ com: (i) uma parcela significativa da sua população em situação de vulnerabilidade social, sem acesso as liberdades instrumentais fundamentais;⁵ (ii) uma dinâmica demográfica que, derivada das políticas públicas e das atividades econômicas estimuladas, causaram (e continuam causando) significativos impactos sociais e ambientais; e, (iii) um nível expressivo de violência endêmica, decorrente de conflitos fundiários e aumento da criminalidade, tanto no campo quanto nas cidades.

Nessa toada, insiste-se em trazer para a região soluções insatisfatórias, incompletas ou inviáveis, e que até mesmo ignoram as características da sua geografia, do seu ecossistema e da sua sociedade; quando não, necessário reafirmar, colocam os amazônidas como uma variável exógena, de pouco valor, insignificante (ou descartável). Ao mesmo tempo, os mais diversos interesses continuam trazendo à baila a questão da soberania nacional. O debate é necessário. Porém, reconhecidamente complexo. Não podendo ser pautado apenas pelos interesses externos e nem permanecer na armadilha da superficialidade.

É exatamente com o objetivo de instrumentalizar o debate público sobre a sustentabilidade, o desenvolvimento da Amazônia e a questão da soberania nacional que este *paper* foi elaborado. Convém destacar que ele é o primeiro relatório de uma pesquisa que está sendo realizada e que tem por objetivo revisitar a Historiografia da região para compreender a conformação da ordem social regional e, conseqüentemente, os determinantes da espacialidade do subdesenvolvimento da Amazônia. Aqui há um pressuposto: a análise da dinâmica de conformação histórica e institucional de uma região é fundamental para a compreensão das suas características, suas mazelas e para instrumentalizar a construção de diretrizes estratégicas que permitam a mudança de sua dependência de trajetória, superando, assim, a sua condição de subdesenvolvimento. Destarte, considera-se que o subdesenvolvimento é resultante de condicionantes institucionais, e como tal, de cadeias de significados sociais e historicamente delineados.

Visando atingir o objetivo colimado, mas sem a pretensão de abarcar todos os assuntos relacionados e nem esgotar os aqui selecionados, este *paper* está organizado, além desta breve introdução, em cinco partes mais a conclusão. A primeira apresenta, ainda que de forma breve, contudo necessária, pois acrescenta elementos que nos permitem olhar além da superficialidade dos fenômenos sociais, alguns parâmetros que consideramos fundamentais à análise do desenvolvimento da Amazônia a partir de uma perspectiva institucionalista. A segunda, mencionando fatos históricos selecionados, procura, também de forma resumida, destacar que a Amazônia é, e desde o início de sua formação colonial sempre foi, um território (espaço) em permanente disputa e envolto em múltiplos interesses (regionais, nacionais e internacionais). A terceira apresenta os principais marcos históricos do debate a respeito da sustentabilidade ambiental. A quarta estabelece uma

4 Há, por exemplo, um debate relacionado a “maldição dos recursos naturais”. Alguns teóricos estabelecem uma relação direta entre abundância de recursos naturais, como petróleo, mineração ou mesmo terras agriculturáveis e a persistência do subdesenvolvimento de determinados países e regiões. Outro exemplo está relacionado a questão do determinismo geográfico, segundo alguns autores uma região de floresta tropical, devido às suas características climáticas, dificilmente viabilizaria as condições adequadas para o desenvolvimento (“inferno verde”). Esse debate, contudo, foge ao propósito do texto.

5 Consideram-se liberdades instrumentais fundamentais: liberdades políticas, oportunidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A este respeito, ver: Sen (2000).

ponte entre a discussão da sustentabilidade e a soberania nacional sobre a região. A quinta, diretamente relacionada com a anterior, se propõe a sistematizar a polêmica a respeito da atuação das organizações não governamentais (doravante ONGs), regatando algumas importantes referências para o debate e as informações contidas nos relatórios finais das três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) abertas no Congresso Nacional (2001, 2007 e 2019). A última, como de praxe, fará as conclusões finais.

Finalmente, convém pontuar dois itens finais nessa introdução. Em primeiro lugar, pretende-se alertar que a arena dos debates que irão ocorrer durante a COP 30, em Belém, é de caráter multidimensional com inúmeros interesses, muitos dos quais divergentes e antagônicos; alguns explícitos e outros nem tanto. Partindo do pressuposto que todo território é um espaço de disputa pelo poder, múltiplos projetos e interesses disputarão a hegemonia sobre a Amazônia. Por fim, porém não menos importante, reconhece-se que se trata de um texto, em alguns momentos, provocativo, principalmente por incorporar pontos polêmicos. Mas a provocação e a polêmica são fundamentais ao bom debate, principalmente quando trazem para a arena aspectos incomuns no debate usual, ou um olhar diferente do tradicional. Nesse sentido, convém deixar ainda mais claro que a intensão é provocar o bom debate, principalmente porque dentro de um processo dialético, que é próprio e natural da Academia, quando se estabelece uma boa antítese ao paradigma hegemônico é possível avançar estabelecendo uma nova síntese, possivelmente de caráter mais benéfico aos interesses da sociedade que está estabelecida no bioma amazônico.

PARÂMETROS INICIAIS PARA A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Decorrentes de questões ambientais, geopolíticas e econômicas a Amazônia tornou-se alvo de crescentes interesses internacionais e de recorrentes debates acadêmicos e midiáticos (regionais, nacionais e internacionais); infelizmente em grande parte desconectados de ações concretas que permitam a superação do subdesenvolvimento pela via da construção de um modelo de desenvolvimento alternativo (e necessário) capaz de aproveitar as suas potencialidades, e a partir delas as “janelas de oportunidades” que possam ser intencionalmente abertas, gestando uma trajetória diferente, sedimentada em instituições inclusivas e baseada numa economia: (i) mais diversificada e criativa; (ii) com maior incorporação de valor, conhecimentos e tecnologia; (iii) com transbordamento de renda e alavancagem social; (iv) e com conservação ambiental.

Dependendo da cosmovisão, do humor ou dos interesses (algumas vezes velados, outras nem tanto) daqueles que ousam tentar compreendê-la, ou até mesmo falar em seu nome, ou “em sua defesa”, a região é frequentemente reduzida a um mero espectro caricatural desprovido de adequado entendimento acerca de sua história, características, singularidades e complexidade, bem como dos reais desafios que se impõem a ela e aos seus habitantes, os amazônidas: recorrentemente preteridos, tratados como cidadãos

de segunda categoria, ou mesmo omitidos (tornando-se “invisíveis”),⁶ repetindo-se um padrão histórico de se enxergar a região como um espaço inabitado, um grande vazio a ser explorado, protegido ou preservado, transitando dialética e tragicamente entre a economia estrita e a ecologia pura.

Não por acaso, o discurso sobre a Amazônia transmuta-se de forma viesada, equivocada e incompleta entre um: (i) “inferno verde”, impossível de ser habitado e de gerar um adequado padrão civilizacional, condenando a região ao subdesenvolvimento pelo determinismo geográfico; (ii) “santuário intocável”, restringindo as possibilidades de desenvolvimento ante o imperativo preservacionista, condicionando os amazônidas a uma inexorável trajetória do “subdesenvolvimento sustentável”; (iii) “almoxarifado do desenvolvimento alheio”, num processo agravado em virtude de estar cada vez mais no centro dos interesses internacionais porém, faticamente, permanecer na periferia do interesse estratégico da nação brasileira, se constituindo apenas como um mero apêndice da economia nacional ou mundial, uma mera plataforma logística de exportação de *commodities*, uma fronteira tropical de recursos naturais, uma periferia ativa na qual apenas o *fluxo out* assume caráter de relevância.⁷ Dessa forma, as ações e intervenções ocorrem na Amazônia e não para os amazônidas.⁸

É nesse contexto que a sua geografia foi historicamente moldada, a partir de sucessivos ciclos econômicos que, pautados numa paradoxal dialética entre crescimento econômico de um lado e exclusão social, pobreza e desigualdade de outro, colocaram a região na atual encruzilhada civilizatória.⁹ Sem embargo, para a adequada compreensão dessa trajetória e dos condicionantes da formação da sua espacialidade é necessário considerar complementarmente três pontos.¹⁰

Em primeiro lugar, a atual dinâmica econômica da região é fortemente assentada na exportação de bens primários e semielaborados, tendo como principais elementos indutores de sua economia a exploração mineral, a expansão do agronegócio e a geração de energia elétrica. Atividades que atuam em grande medida como enclaves promotores do “efeito túnel” e geradores de uma baixa causalção circular cumulativa para o desenvolvimento regional, logrando, conseqüentemente, tênues efeitos encadeamentos

6 Estes “invisíveis” estão tanto na periferia dos núcleos urbanos das cidades da Amazônia, como nas áreas rurais: são caboclos, quilombolas, indígenas, descendentes de migrantes, que submetidos aos impactos sociais dos ciclos econômicos ou atraídos para a região permanecem à margem de padrões sociais aceitáveis, não logrando as liberdades instrumentais fundamentais.

7 Podemos citar como exemplos: (i) os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) que integravam o Programa Brasil em Ação lançado em 1996 pelo governo Fernando Henrique; (ii) a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), apresentada durante uma reunião de presidentes da América do Sul no ano de 2000 em Brasília; (iii) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo governo Lula; (iv) o Projeto Norte Competitivo da Ação Pró-Amazônia do Conselho Nacional das Indústrias (CNI), lançado em 2011.

8 Essa lógica é referendada quando as ações estratégicas pensadas para a região focam na viabilização de grandes projetos de infraestrutura e logística, indutores do crescimento da economia e das exportações regionais, porém sem ações correlatas para a sociedade regional, capazes de amenizar os péssimos indicadores sociais.

9 Dentre os ciclos econômicos que podemos citar estão o da: borracha, madeira, grandes projetos de infraestrutura e logística, mineração e agropecuária.

10 Para a adequada compreensão da dinâmica do (sub)desenvolvimento de uma região é necessário contemplar de forma paralela e articulada as dimensões “tempo” e “espaço”. Ou seja, temporalidade e espacialidade são perspectivas que se retroalimentam analiticamente e que são de forma ambivalente condicionadas por uma matriz social e historicamente conformada.

com demais elos da cadeia produtiva local/regional e, justamente por isso, escassos vínculos intrarregionais.¹¹ Ou seja, esses setores não se constituem como efetivas forças motrizes do desenvolvimento local/regional em larga escala; quando muito portam um impacto local modesto ante ao volume de investimento ou fluxo de exportações que movimentam. Convém, todavia, necessariamente incluir como importante componente da economia regional, porém com características diversas do restante da região, mas também atuando como enclave, o Polo Industrial de Manaus (PIM), administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que possui mais de 600 empresas em três setores: comercial, agropecuário e industrial.¹²

Em segundo lugar, a espacialidade econômica do subdesenvolvimento da Amazônia, tal como delineada (ainda que sumariamente), resulta diretamente da mão visível do Estado brasileiro que em múltiplas etapas e intervenções desarticulou formas pretéritas e tradicionais de organizações socioespaciais moldando a atual ordem social regional.¹³ A título de exemplos podemos citar: (i) a celebração dos Acordos de Washington (1942-1947) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas; (ii) a criação da Amazônia Legal em 1953 como região de planejamento e intervenção durante o segundo governo Vargas, tendo na elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ao lado da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) instrumentos dignos de menção; (iii) a construção no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira da Rodovia Belém-Brasília como parte integrante do Plano de Metas (1956-1961) que abriu uma nova via para integração da região com a economia nacional; (iv) as ações estratégicas dos governos militares através de iniciativas como a Operação Amazônia – com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia S.A (BASA), do PIM e da Suframa – e os planos de desenvolvimento da Amazônia, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e o Programa Grande Carajás; (v) a viabilização de obras de infraestrutura econômica e logística durante o segundo governo Lula através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).¹⁴ Ou seja, ao fim e ao cabo, a Amazônia tal como a conhecemos hoje somente pode ser entendida como reflexo de uma ação intencional do Estado brasileiro (uma “mão visível”) que ao longo do tempo, de diversas iniciativas e governos, se valeu de uma visão *top down* para a região

11 Especificamente no tocante à geração de energia elétrica destaca-se: Belo Monte com 11 mil megawatts de potência instalada, Tucuruí com 8,5 mil, Jirau com 3,7 mil e Santo Antônio com 5,5 mil. Contudo, de acordo com informações coletadas no sítio eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica (<https://www.gov.br/aneel/pt-br>), estão em operação atualmente 27 usinas hidrelétricas com capacidade de geração de 35 mil megawatts de potência instalada. Ademais, a Amazônia assume, de acordo com o Plano Nacional de Energia, caráter estratégico para a expansão da capacidade de geração energética do Brasil. Apenas a Bacia do Amazonas responde por 42,2% do potencial futuro de aproveitamento hidroelétrico (EPE, 2007).

12 Especificamente no setor industrial destacam-se os segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Contudo, grande parte dos componentes produtivos são importados, limitando o efeito motriz do PIM na economia regional.

13 Obviamente não se está a afirmar que o período colonial, com o ciclo das drogas do sertão, ou o ciclo da borracha não tiveram um importante caráter determinante na formação da região. Apenas está a ser pontuado o início de um período de intervenção mais sistemática e dirigida do governo federal.

14 Como importantes exemplos de obras de infraestrutura e logística na Amazônia durante o PAC pode-se destacar a construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ou a continuidade da Ferrovia Norte-Sul.

amparada pelo nacional-desenvolvimentismo dissociado de preocupações ambientais¹⁵. Em muitos desses momentos históricos o desenvolvimento, bem como a soberania nacional sobre a região, passava pela ocupação demográfica e econômica, sendo para isso necessário desmatar a floresta, atrair investimentos e mão de obra, produzir e exportar¹⁶.

Em terceiro lugar, porém precedendo os pontos anteriores, é oportuno esclarecer que essa trajetória histórica foi decisivamente condicionada pelos interesses das elites regional e nacional (correlacionados a interesses externos) que sedimentaram uma matriz institucional extrativista e moldaram a ordem social regional.¹⁷ Dessa forma, interesses políticos e econômicos associados atuaram (e continuam atuando) numa contínua dinâmica de captura da renda regionalmente gerada (*rent-seeking*) mediante a troca de interesses (*logrolling*), ao mesmo tempo em que condenam a região a uma posição reflexa de macrodecisões externas.¹⁸ Essa construção histórica-institucional ao mesmo tempo em que dificulta a mudança de trajetória pela via da construção de um modelo econômico alternativo, promoveu: (i) a agudização da desigualdade social e regional com manutenção de uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade social e pobreza (tanto urbana quanto rural); (ii) a modelagem de um arranjo federativo profundamente deletério para com a maioria dos estados da Amazônia (excetuando-se o Amazonas em função dos incentivos fiscais do PIM), reduzindo a capacidade de promoção de políticas públicas dos seus estados e municípios;¹⁹ (iii) e a sedimentação de um processo econômico-social com fortes impactos ambientais através da destruição da floresta mediante incentivos ao desmatamento.²⁰ Portanto, qualquer debate acerca do desenvolvimento sustentável da Amazônia requer o entendimento do substrato histórico-institucional que conformou uma ordem social de acesso limitado²¹.

15 Nesse período o nacional-desenvolvimentismo exerceu forte influência no processo de planejamento do desenvolvimento regional. Com principais referenciais destacam-se o pensamento estruturalista latino-americano, tendo em Raul Prebisch e Celso Furtado os seus autores seminais, e a chamada Economia do Desenvolvimento, com destaque para François Perroux, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal.

16 Neste ponto cabe uma advertência. É preciso tomar cuidado com análises cronocêntricas que retornam ao passado e julgam atores, circunstâncias e processos históricos com perspectivas culturais, éticas, morais, ambientais e até mesmo legais atuais, dissonantes, contudo, das épocas pretéritas em análise.

17 Para um aprofundamento teórico analítico sobre o conceito de matriz institucional extrativista e de ordem social aqui utilizado recomenda-se: North, Wallis e Weingast (2009a, 2009b), Acemoglu e Robinson (2012), Costa (2019) e Costa e Borba (2023a, 2023b).

18 Para uma melhor compreensão sobre os conceitos de *rent-seeking* e *logrolling* recomenda-se: Buchanan e Tullock (1962), Tullock, Sheldon e Brady (2002), Butler (2015) e Acemoglu e Robinson (2020).

19 A título de exemplo podemos citar a Lei Kandir e a ilógica lógica de cobrança do ICMS da energia nos estados consumidores, deixando para a região apenas o ônus de mitigação dos impactos sociais e ambientais dos grandes projetos.

20 Há uma questão econômica que é determinante e precisa ser compreendida. Enquanto a floresta derrubada tiver mais valor econômico do que a floresta em pé a dinâmica do desmatamento tenderá a se manter.

21 Conforme a Teoria das Ordens Sociais, existem três possíveis ordens sociais: primitivas, de acesso limitado (frágeis, básicas e maduras) e de acesso aberto. Especificamente as de acesso limitado, que se infere se o caso da região amazônica, estas são estruturadas por organizações aderentes compostas por membros da elite que formam coalizões cuja existência depende da dinâmica de relacionamento mediada por suas disputas internas e pela apropriação da renda. Estas coalizões estabelecem uma estrutura de governança pautada em arranjos de poder que se nutrem de privilégios e rendas extraídas, limitando o acesso a novos participantes. Este é o principal fator de caracterização dessas ordens como de acesso limitado (North; Wallis; Weingast, 2009a, 2009b; Costa; Borba (2023a, 2023b).

Esta ordem social regional modelou um aparelho estatal e uma burocracia pública que por influência das organizações (locais, regionais, nacionais ou até mesmo mundiais) atua em certa medida com objetivo de expropriação direta ou indireta da renda social. Direta quando a corrupção se torna endêmica desviando recursos da sociedade. E indireta quando a gestão pública (nível estratégico) e a sua burocracia (nível operacional) são capturadas por grupos de interesses (políticos e econômicos) que manipulam a agenda pública em direção a políticas, investimentos e ações que lhes favoreçam.

No bojo deste processo convém clarear dois outros elementos característicos: a limitação de acesso e a violência. A limitação de acesso, como por exemplo no campo econômico e político, acaba estabelecendo monopólios e barreiras à entrada de novos agentes, impedindo a formação de mercados (econômicos e políticos) competitivos e, por consequência, o processo de destruição criativa, tanto em nível econômico quanto político.²² A violência, por seu turno, além de se materializar como fator restritivo para a ampliação da riqueza social, molda as próprias dinâmicas de interação social da região. No caso, como na Amazônia o Estado não detém o monopólio da violência, ela se torna parte do mecanismo de expropriação de uma parte da renda social por alguns grupos da sociedade²³.

É como parte desse contexto institucional que deve ser incluída a discussão da sustentabilidade ambiental, desenvolvimento regional e soberania nacional.

AMAZÔNIA, SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA NACIONAL: UMA QUESTÃO DE ONTEM E DE HOJE

Após a apresentação, ainda que de forma sumária, de elementos analíticos que nos permitem olhar para além da superficialidade no debate envolvendo a relação entre desenvolvimento da Amazônia, sustentabilidade ambiental e soberania nacional, é preciso, antes de avançar, rememorar que todo território é um espaço socialmente construído. Como tal, é um espaço em permanente disputa, havendo projetos divergentes e, em muitos momentos, antagônicos. Estes são projetos de poder, de domínio social de elites políticas e econômicas que tentam conquistar a hegemonia no espaço pela via histórica-institucional.²⁴ É assim que ordens sociais são conformadas. É a partir deste olhar que precisamos analisar qualquer questão relacionada ao desenvolvimento da Amazônia ou de organização de seu complexo social.

A história nos mostra que a formação do complexo econômico e social da Amazônia brasileira, bem como da Pan-Amazônia, esteve desde o início envolta em múltiplos interesses

22 O poder político é utilizado para obtenção de rendas e privilégios, criando, para isto, barreiras a novos entrantes (tanto no processo político quanto na economia). O poder econômico, em contrapartida, dá o suporte para a manutenção da coalizão política num círculo vicioso.

23 Como exemplos podemos citar no meio rural os conflitos fundiários, envolvendo grilagem de terras, expropriações e invasões de terra, atuações ilegais de garimpeiros e madeireiros em áreas legalmente protegidas (áreas de preservação ambiental ou terras indígenas, por exemplo), e no meio urbano a atuação de grupos criminosos, como o tráfico de drogas e as milícias, que por exemplo limitam, em algumas cidades da Amazônia, o acesso as atividades econômicas ou políticas.

24 Todo processo histórico-institucional é sistêmico, portanto, envolve nuances econômicas, políticas, educacionais e religiosas, por exemplo.

e disputas, tendo a espacialidade do seu subdesenvolvimento, ou seja, a sua geografia, sido moldada no decorrer de uma dinâmica histórica de recorrente sobreposição de interesses internacionais, e por vezes nacionais, pactuados com elites locais: emergentes, consolidadas ou transplantadas para a região.

Esse movimento dialético, envolvendo a conjunção de interesses externos com os das elites locais, conformou uma região periférica; conseqüentemente reflexa. Um mero apêndice da economia nacional ou mundial. Um espaço em permanente disputa, com os amazônidas, conforme anteriormente pontuado, ocupando apenas um lugar secundário, sendo muitas vezes até mesmo preteridos. Esse olhar, mesmo que inconveniente para alguns, é necessário para uma adequada investigação acerca do crescente interesse pela Amazônia no bojo do debate sobre mudanças climáticas, aquecimento global e sustentabilidade ambiental; bem como para a adequada introdução da questão da soberania nacional.

Desde a década de 1970 a problemática ambiental vem ganhando notoriedade e importância. Porém, é ao largo de uma compreensão mais profunda sobre os determinantes históricos e institucionais da condição de subdesenvolvimento da Amazônia, e frequentemente catapultada por grupos de interesses (*stakeholders*) exógenos, que a região vem sendo colocada na arena. Um exemplo sobre isso é a visão da região como o “pulmão do mundo”. Esse mito teve início em 1971 devido a um erro de digitação na transcrição de uma entrevista dada pelo biólogo Harald Sioli do Instituto Max Planck para uma agência de notícias dos EUA²⁵. Sioli afirmou que a floresta amazônica possuía um enorme percentual de dióxido de carbono (CO₂) atmosférico, todavia, no ato de transcrição da entrevista ocorreu a omissão da letra “C” (correspondente a molécula de carbono), tendo sido grafado “O₂” (símbolo da molécula de oxigênio). A matéria logrou repercussão mundial e a Amazônia assumiu, deste então, para muitos, o *status* de bioma vital para a oxigenação atmosférica.

Em 2019, no desenrolar de uma pactuação que possivelmente levaria a conclusão do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, após cerca de 20 anos de negociações, o Presidente da França Emmanuel Macron, usando uma fotografia antiga, reacendeu essa questão para chamar a atenção em suas mídias sociais (Twitter e Instagram) sobre queimadas que estariam acontecendo na Amazônia²⁶. Nas suas postagens enfatizou a importância da Amazônia como o “pulmão do planeta” informando que a floresta seria responsável pela absorção de 14% do dióxido de carbono e pela geração de 20% do oxigênio mundial; informação (e fotografia) que apesar de replicada por diversos formadores de opinião²⁷ foi contestada por pesquisadores ao afirmarem que a floresta amazônica é responsável por apenas 9% da fotossíntese global, e pela emissão de algo entre 5% e 6%

25 Harald Sioli trabalhou em pesquisas na região num convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

26 A foto compartilhada por Macron em suas mídias sociais foi tirada pelo fotógrafo Loren McIntyre da National Geographic no ano de 1989 (trinta anos antes), e publicada em 2007 no jornal britânico The Guardian.

27 Dentre os diversos formadores de opinião que replicaram a informação, destacam-se o futebolista português Cristiano Ronaldo e o ator estadunidense Leonardo DiCaprio.

do oxigênio atmosférico²⁸. Sobre isso, convém pontuar que para se estimar corretamente a contribuição atmosférica do bioma amazônico seria necessário contabilizar o balanço líquido de carbono, envolvendo não apenas a absorção, mas também a emissão²⁹. Portanto, ao se desconsiderar o fato de que a floresta também emite uma enorme quantidade de carbono e absorve um volume significativo de oxigênio, a sua contribuição líquida acaba erroneamente superestimada.

Essa superestimativa atende a interesses geopolíticos e econômicos internacionais nada velados. Associada diretamente a esta questão está a viabilização do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia que, em se concretizando, impactará fortemente a dinâmica do agronegócio europeu. Isso vem causando preocupação em grupos de interesses ligados ao setor (como o francês)³⁰, decorrente da possível entrada na economia do continente de produtos oriundos da América do Sul, em especial do Brasil; país que assumiu nos últimos anos o posto de principal fornecedor de produtos agropecuários para a Europa³¹.

Não por acaso, Macron usou a notícia das queimadas na Amazônia em 2019 para convocar os membros do G7 visando discutir a situação³², passando a propor: (i) a adoção de sanções aos países que não cumprissem as metas ambientais estabelecidas (o que para alguns soa como uma medida protecionista camuflada); (ii) o fim das tratativas comerciais entre os dois blocos, questão que inclusive reverberou por ocasião da COP 28 realizada em 2023 na cidade de Dubai (Emirados Árabes Unidos); (iii) e a necessidade de se debater a internacionalização da região ante a “incapacidade” do governo brasileiro de preservar a floresta.

O presidente francês recolocou no debate a pretensa dualidade entre a preservação do bioma amazônico e a soberania brasileira sobre a região. Convém lembrar que a disputa pela Amazônia é antiga e nos leva a rememorar fatos históricos emblemáticos. Aliás, a própria ocupação do território que hoje é chamado de Amazônia brasileira decorreu de disputas e interesses multinacionais. Quando os portugueses iniciaram a ocupação da região – através da: (i) construção do Forte do Presépio em 1616 (na confluência do rio

28 Durante muito tempo, em virtude do tamanho da floresta e do seu potencial de fotossíntese, propagou-se equivocadamente que a Amazônia era o “pulmão do mundo”. Trata-se de uma visão que não encontra amparo científico na medida em que a região não é única e nem a maior responsável pela produção de oxigênio para a atmosfera ou absorção de CO₂. Esse papel é desempenhado nos oceanos pelos fitoplânctons (algas unicelulares, cianobactérias e dinoflagelados, por exemplo), que produzem mais oxigênio para a atmosfera do que as florestas tropicais e plantas terrestres. A este respeito ver: Artaxo et al. (2014) e Shimamoto (2016). Em que pese isso, é inegável que a Amazônia possui importância decisiva para o equilíbrio climático mundial e para a conservação do seu estoque de biodiversidade, e que o desmatamento tem um impacto importante no clima mundial e na emissão de CO₂. Mais à frente voltar-se-á a esta questão.

29 Dados de satélite reforçam outras pesquisas ao afirmarem que as florestas tropicais da América do Sul emitem tanto carbono quando capturam. Ou seja, o balanço de carbono líquido das florestas tropicais da América do Sul é globalmente neutro. A este respeito ver: Fan et al. (2019).

30 Atualmente os produtores franceses são fortemente favorecidos pelas medidas protecionistas, explícitas ou não, adotadas pela União Europeia no bojo da Política Agrícola Comum (PAC). O governo francês alega que qualquer mudança na dinâmica agrícola poderá colocar em risco a segurança alimentar e a sobrevivência da agricultura familiar do seu país.

31 Alguns governos europeus, em especial o francês, subsidiam pesadamente o agronegócio nos seus países com objetivo de manter a competitividade dos seus produtores no comércio mundial.

32 O G7 é o grupo que reúne as consideradas sete maiores economias do mundo: Alemanha, França, Estados Unidos, Itália, Japão e Reino Unido.

Guamá com a Baía do Guajará)³³; (ii) da tomada do Forte de Santo Antônio de Gurupá dos holandeses em 1623 (na confluência entre o Rio Xingu com o Rio Amazonas, no Arquipélago do Marajó); e, (iii) do início da construção do Forte de São José de Macapá em 1764 (na margem esquerda do Rio Amazonas)³⁴ – já transitavam pela região navios ingleses, irlandeses, franceses, holandeses e espanhóis que procuravam estabelecer relações mercantis com os povos da região, assentando feitorias e conquistando o seu quinhão colonial. Os três fortes permitiram a proteção da foz do delta do Amazonas.

Com a entrada da bacia do Amazonas protegida, restava aos portugueses estabelecer a extensão do seu território. No dia 15 de agosto de 1639 uma expedição comandada por Pedro Teixeira, além de fundar o povoado de Franciscana, fincou um marco na confluência entre os rios Napo e Aguarico (atual Rio do Ouro) tomando posse a leste dessa área em nome do Rei Felipe IV da Espanha para a Coroa de Portugal; numa ação que seria decisiva para a demarcação territorial da colônia portuguesa, e do futuro território do Brasil e da Amazônia brasileira³⁵. Estava, assim, estabelecida a extensão do domínio colonial português sobre a Hileia Amazônica.

Em que peses isso, os interesses internacionais sobre a região continuaram e foram explicitados novamente em diversos momentos, como por exemplo³⁶: (i) na disputa brasileira com a França nos séculos XVIII e XIX pela Guiana Brasileira, hoje estado do Amapá, que envolveu episódios como a criação da República Independente da Guiana, popularmente conhecida como a República de Cunani; (ii) na proposta estadunidense em meados do século XIX, atendendo a interesses da elite econômica dos estados sulistas (escravagistas), de criação da República Amazônica como parte do “Mediterrâneo Americano”, que envolveria além do Vale do Amazonas, o Golfo do México e o Caribe, e que seria conformada pela confluência das bacias hidrográficas dos rios Mississipi, Orinoco e Amazonas. Essa iniciativa serviria como uma válvula de escape para as tensões políticas, econômicas e sociais existentes àquela altura nos EUA, propiciando a expansão (e até mesmo transferência) das atividades econômicas dos estados sulistas para a região³⁷;

33 É justamente como ponto de tomada e proteção da foz do grande rio, mais tarde batizado de Amazonas, que surge, sobre o território Mairi da etnia indígena Tupinambá, o povoado Feliz Lusitânia, que futuramente daria origem à cidade de Belém do Pará, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e se tornaria uma das principais cidades da Amazônia.

34 A construção do Forte de São José iniciou em 1764 e foi efetivamente concluída em 1782 dando impulso ao crescimento do povoado de Macapá, que havia sido fundado em 1751. O intuito do forte era principalmente evitar a conquista do território pelos franceses, holandeses e ingleses que estavam ocupando a região das Guianas.

35 Este marco foi decisivo para as futuras delimitações territoriais em favor de Portugal, em especial sob a alegação do *uti possidetis*, pelo Tratado de Madri de 1750, ratificado em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso. Por curiosidade, o marco encontra-se atualmente ao lado do Palácio do Itamaraty em Brasília. Para maiores detalhes sobre o acontecimento recomenda-se ver: Miranda (2007) e Lima e Coutinho (2016). O relato de Pedro Teixeira tornou-se conhecido pela publicação em 1641 do livro *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, escrito pelo padre jesuíta Christoval de Acunã e editado em Madri.

36 Para maior detalhamento a respeito dos casos sucintamente mencionados a seguir, ver: Reis (2021) e Costa (2024).

37 Assim, as fazendas de monocultura de algodão e a sua força de trabalho escrava seriam transferidas para a Amazônia, livrando o seu país da escravidão ao mesmo tempo em que abriria uma possibilidade para os senhores de escravos do sul dos EUA continuarem e expandirem as suas atividades econômicas.

(iii) no conflito de interesses na região do Acre, no crepúsculo do século XIX e início do século XX, envolvendo interesses brasileiros, bolivianos, ingleses e estadunidenses, e dentro disso a atuação do Bolivian Syndicate, que deflagrou uma disputa territorial com a proposta de independência da região seguida da criação da República do Acre; (iv) no interesse nazista pela região durante as décadas de 1930 e 1940, tendo como exemplo a Expedição Alemã Amazonas – Jari entre 1935 e 1937, que produziu um relatório analisando a viabilidade de invasão das guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa). A propositura foi chamada de Operação Guiana e possibilitaria a formação da Guiana Alemã³⁸; (v) na iniciativa de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), apresentada em 1946 à recém criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/ONU) com o objetivo de conduzir, dentro de um caráter multinacional e pan-amazônico, estratégias de pesquisas nas áreas de botânica, química, zoologia e geologia, além de estudos etnográficos, visando o desenvolvimento da Hileia via exploração de suas riquezas naturais, concomitante a conservação e a integração de sua cultura; (vi) no Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, apresentado em 1964 pelo Instituto Hudson e que contemplava sete eixos logísticos-estratégicos de desenvolvimento equivalentes a formação de grandes lagos artificiais. Era, em sua concepção, uma estratégia de estímulo ao desenvolvimento das economias da América do Sul pela via da integração logística entre as suas economias a partir da exploração de seus recursos naturais.

OS PRINCIPAIS MARCOS DO DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A AMAZÔNIA

Origem e escalada da agenda ambientalista

Após o insucesso da iniciativa de criação do IIHA e do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos – em especial devido às prioridades das elites políticas e econômicas nacionais, do foco estratégico de desenvolvimento escolhido para o Brasil e da polêmica envolvendo a questão da soberania nacional –, a floresta tropical brasileira voltou à pauta internacional dentro de um crescente debate sobre a preservação do meio ambiente.

Muitos creditam ao Clube de Roma – um *think tank* formado por economistas, cientistas e empresários que em 1968 promoveu uma reunião que se constituiu num importante marco – o início dos debates acerca das questões ambientais³⁹. Mas, antes mesmo do surgimento do Clube de Roma, a pauta da preservação ambiental já estava presente nos países desenvolvidos. Prova disso é o surgimento anterior de ONGs ligadas a esta agenda.

38 Com a entrada dos EUA na guerra e os desdobramentos das batalhas na Europa a Operação Guiana foi suspensa pelo exército alemão.

39 O nome Clube de Roma decorre do fato de a primeira reunião deste grupo ter acontecido na cidade italiana, por um movimento iniciado pelo empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da FIAT e pelo cientista escocês Alexander King, que escolheram cerca de 20 personalidades para debater a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Posteriormente o grupo formou uma ONG que se tornou um importante stakeholder no debate ambiental.

Em 1948, ainda no contexto do debate para criação do IHA, a Unesco promoveu a criação da International Union for Conservation of Nature - IUCN [União Internacional para a Conservação da Natureza] como uma instituição de personalidade privada internacional voltada à proteção da natureza; considerada a primeira união ambiental de caráter global⁴⁰. Em seguida, surgiram as primeiras ONGs voltadas para a defesa de questões ambientais: em 1951 foi fundada a The Nature Conservancy – TNC [A Conservação da Natureza]⁴¹; e em 1961 a World Wildlife Fund – WWF [Fundo Mundial para a Vida Selvagem]⁴².

Em 1962, a bióloga marinha Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring* [Primavera Silenciosa] que teve ampla repercussão ao chamar a atenção para os riscos do uso de pesticidas e da poluição ambiental⁴³. Em 1963, a WWF organizou uma conferência para o lançamento do relatório *Implications of rising carbon dioxide content of the atmosphere* [Implicações do aumento do teor de dióxido de carbono na atmosfera], elaborado por Noel Eichhorn, colocando num debate público a preocupação com a possibilidade de um aquecimento global (Eichhorn, 1963).

Portanto, quando o Clube de Roma se reuniu em 1968 preocupações com questões relacionadas ao meio ambiente já orbitavam o debate público, ainda que restritas a alguns países e nichos sociais. Sem embargo, era um debate que ganhava a cada dia maior envergadura, tanto que em 1970 o governo dos EUA criou a Environmental Protection Agency [Agência de Proteção Ambiental], um órgão federal com atuação voltada à proteção do meio ambiente. Digno de nota, também, foi a realização no mesmo ano, em 22 de abril de 1970, do Dia da Terra: uma manifestação pública ocorrida nos EUA em defesa do meio ambiente. Desde então, todos os anos na mesma data o evento se repete; atualmente em escala mundial⁴⁴.

Convém destacar, ainda, nessa crescente onda de preocupação com o meio ambiente, o surgimento em 1971 do Greenpeace e em 1972 da The Conservation Foundation – CF [Fundação de Conservação]⁴⁵. Assim, quando a United Nations Conference on the Human Environment [Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano] ocorreu na

40 Atualmente a IUCN se constitui na maior rede ambiental do mundo, englobando mais de 1.400 ONGs e 16 mil ativistas ambientais. Possui interlocução com dezenas de países e participa ativamente do debate climático. Para maiores informações, acessar o seu sítio eletrônico: www.iucn.org.

41 Atualmente a TNC se constitui como a ONG ambientalista que movimenta o maior volume de recursos em escala global, com ações em mais de 70 países. Para maiores informações sobre a ONG, recomenda-se ver o seu sítio eletrônico: www.nature.org.

42 Junto com o seu surgimento foi lançado o Manifesto Morges, chamando a atenção à necessidade de captação de recursos para financiar ações de preservação ambiental. Em 1986 teve o seu nome alterado para World Wide Fund For Nature. Hoje, sediada na Suíça, atua em mais de 100 países. Para maiores informações recomenda-se acessar o sítio eletrônico: www.worldwildlife.org.

43 É creditado a este livro o papel central no banimento do uso do DDT e de outros pesticidas nos EUA.

44 O evento foi coordenado pelo ex-senador estadunidense Gaylord Nelson (Partido Democrata), que teve um forte protagonismo nas causas ambientais.

45 O Greenpeace e a CF (juntamente com a TNC e a WWF) se constituem atualmente como as maiores e mais atuantes ONGs ambientalistas do mundo. O Greenpeace possui atualmente mais de três milhões de ativistas ou financiadores cadastrados. Para maiores informações, ver o sítio eletrônico: www.greenpeace.org. A CF se destaca pela sua capacidade de financiamento de ações ambientais. Para maiores informações, ver: www.theconservationfoundation.org.

cidade de Estocolmo (Suécia), em junho de 1972, a preocupação com o meio ambiente já estava num crescente debate público. É, nesse sentido, incorreto atribuir à Conferência o início do processo, assim como à reunião do Clube de Roma em 1968. Tanto o surgimento do Clube de Roma quanto Estocolmo 1972 foram reflexo do crescente movimento ambientalista em escala global. Logo, não se pode omitir o protagonismo da IUCN, WWF, TNC, Greenpeace e FC no alargamento dos debates que levaram a eventos como a criação do Clube de Roma e a realização de Estocolmo 1972; ocasião, inclusive, em que tiveram uma importante influência no debate e na construção da agenda futura pactuada⁴⁶.

Parte importante da repercussão de Estocolmo 1972 decorreu de um estudo encomendado pelo Clube de Roma a pesquisadores do Instituto Tecnológico de Massachussets (EUA). Esse estudo, apresentado com o nome *The Limits to Growth* [Os Limites do Crescimento]⁴⁷, se valendo de projeções matemáticas (Modelo World3), trazia um importante alerta sobre o futuro. Afirmava que o planeta não suportaria a manutenção da trajetória prevista de aumento populacional ao lado do ritmo de exploração dos recursos naturais e energéticos. Apontava, nesse sentido, um limite físico para o crescimento econômico global imposto pela finitude (escassez) dos recursos. E, em caso de não revisão do paradigma hegemônico de desenvolvimento, e em especial a sua matriz industrial e energética, o prognóstico era de que o mundo caminharia para um colapso no decorrer do século XXI⁴⁸.

Convém acrescentar que ainda em 1972 outros dois importantes documentos para o movimento ambientalista mundial foram divulgados: (i) o manifesto *The Blueprint for Survival* [O Projeto para a Sobrevivência], assinado por mais de trinta cientistas britânicos e publicado numa edição especial da revista *The Ecologist*; (ii) a Carta de Mansholt, datada de 14 de fevereiro e escrita por Sicco Mansholt (Comissário Europeu da Agricultura) para Franco-Maria Malfatti (Presidente da Comissão Europeia). Ambos os documentos são enfáticos quanto à necessidade de se reestruturar a dinâmica econômica global para evitar o colapso da sociedade e do planeta; sendo importante para isso substituir a sociedade industrial de economia de escala por uma rede de pequenas comunidades, concebidas de modo a se incorporarem mais facilmente nos ciclos regeneradores da própria natureza.

Em decorrência da importância da problemática suscitada, os debates realizados em Estocolmo assentaram as bases para a criação, ainda no decorrer do ano de 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU), sediado em Nairóbi no Quênia, com o objetivo de encontrar alternativas para o desenvolvimento sustentável, em especial por meio do provimento de lideranças e do encorajamento para o desenvolvimento de parcerias para a proteção do meio ambiente⁴⁹.

46 De acordo com Carrasco, Palacios e Lino (2001), o WWF e a IUCN estão no topo da lógica da governança ambientalista mundial, emanando influência sobre a atuação de instituições multilaterais como o PNUMA/ONU, o PNUD/ONU, Unesco/ONU e Organização Meteorológica Mundial (OMM/ONU), além de exercerem influência sobre a atuação de grande parte das demais ONGs ambientalistas.

47 Este relatório também é chamado na literatura corrente de Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows, em alusão aos coordenadores do estudo, Denis e Donella Meadows do MIT. Além deles também foram coautores: Jørgen Randers e William W. Behrens III.

48 O documento foi apresentado no ápice do paradigma keynesiano-fordista de produção, assentado no uso do carvão, aço, combustíveis fósseis e fertilizantes.

49 Atualmente o PNUMA/ONU atua, por exemplo, em programas relacionados a mudanças climáticas, manejo de ecossistemas, governança ambiental e eficiência no uso de recursos e meio ambiente.

Ademais, uma outra dinâmica importante passa a acontecer com o surgimento, também em 1972, na Austrália da célula do que viria a ser o primeiro partido verde do mundo; impulsionando um movimento de criação de partidos verdes, inicialmente na Nova Zelândia, depois na Europa e ao redor do mundo na década de 1980 e 1990.

Convém destacar que embora o governo brasileiro tenha assumido um posicionamento crítico em relação a Estocolmo 1972, denunciando a politização da agenda ambiental no evento, a conferência demarcou a entrada desses temas na agenda política do governo brasileiro. A criação em 1973 da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), por meio do Decreto n. 73.030/73, evidencia isso⁵⁰. Além de que, é possível inferir que parte dos ecos dos debates da conferência tenha de alguma forma iniciado um processo de influência na forma como o governo brasileiro executava ações para o planejamento do desenvolvimento da Amazônia. Apenas para exemplificar, no ano de 1974 o governo Geisel editou o POLOAMAZÔNIA, instituído pelo Decreto 74.607/1974, mantendo a lógica de exploração dos recursos naturais da região. Contudo, é possível constatar que o Decreto 74.607/1974, que o instituiu, trouxe no parágrafo único de seu art. 5º uma nova preocupação: o zoneamento adequado dos recursos naturais e a destinação de áreas para reservas florestais e biológicas, parques nacionais e terras indígenas. Por conseguinte, é possível inferir que o programa em tela, ao menos na letra da lei, foi a primeira iniciativa de intervenção federal na Amazônia que ecoou, ainda que timidamente, preocupações da emergente agenda ambiental⁵¹.

Da mesma forma, outros eventos são, dentro dessa reconstrução histórica, dignos de nota. No ano de 1974 foi redigido, sob a supervisão do ex-secretário de Estado Henry Kissinger, o polêmico *Memorando-Estudo de Segurança Nacional 200* (NSSM – 200) do Conselho de Segurança Nacional dos EUA⁵². Nele, é feito um alerta ao governo norte-americano com respeito a ameaça que o crescimento populacional de algumas nações subdesenvolvidas, dentre elas o Brasil, iria impor a segurança de seu país em função da crescente demanda por recursos naturais. Havia, pois, um problema a ser enfrentado: o crescimento populacional e o aumento da exploração de recursos naturais em países como o Brasil⁵³.

Em 1976, foi lançado no Brasil o primeiro manifesto ecológico publicado por um brasileiro. O livro *Fim do Futuro?* de José Lutzenberger ao mesmo tempo em que listava os principais problemas ecológicos a serem enfrentados no Brasil, apresentava como proposta um

50 Em 1989 a SEMA seria transformada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

51 A interferência da agenda ambientalistas nas ações de políticas públicas na Amazônia tiveram início com os programas POLAMAZÔNIA, POLONOROESTE e Programa Grande Carajás. Nestes três casos, ONGs ambientalistas ao lado de movimentos sociais fizeram pressão sobre as instituições financiadoras, como o Banco Mundial. Para isso, fizeram tanto nos EUA como na Europa uma campanha de sensibilização contra o desmatamento da floresta. Dada a repercussão do movimento, o Banco Mundial incorporou as diretrizes do Relatório Brundtland e adotou o conceito de desenvolvimento sustentável, além de ter contratado como consultores membros das principais ONGs ambientalistas (Kolk, 1996).

52 O documento também é conhecido como “Relatório Kissinger”. Dentre as recomendações está a de se induzir medidas de contracepção e, inclusive, a prática do aborto para fins de controle populacional.

53 O memorando pode ser consultado no sítio: www.pop.org/national-security-study-memorandum-nssm-200

modelo de uma sociedade alternativa (Lutzenberger, 1999)⁵⁴. Seguindo a linha neomalthusiana predominante, creditava ao crescimento populacional, na medida em que levava a uma maior exploração dos recursos naturais, o aumento dos problemas ecológicos. Apresentava, portanto, uma crítica a visão antropocêntrica centrada na ideia do crescimento ilimitado numa sociedade de consumo. Como alternativa, propunha: uma sociedade biocêntrica, holística, com o ser humano sendo apenas uma parte da natureza.

Em 1977, foi publicado o livro *The Unfinished Agenda* [A Agenda Inacabada], editado por Gerald O. Barney, que, ante o cenário ambiental preocupante, estabeleceu um conjunto de diretrizes que deveriam ser seguidas em escala global, com destaque para: redução populacional, diminuição da taxa de natalidade, esterilização de mulheres, controle migratório, eliminação do uso de fertilizantes e agrotóxicos na agricultura e fim do uso da energia nuclear com incentivo à utilização de fontes energéticas alternativas de pequena escala.

Em 1981, por meio de uma ação conjunta entre PNUMA/ONU, IUCN e WWF, e seguindo a linha inicialmente delineada no *Report on development and environmen* [Relatório sobre desenvolvimento e meio ambiente], apresentado em Estocolmo 1972 e também conhecido como Relatório de Founex, foi lançado a *World Conservation Strategy* [Estratégia Mundial de Conservação], considerado um documento basilar para equalizar a relação entre desenvolvimento e conservação ambiental e, por isso, tido como um importante marco para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável⁵⁵.

Em 1983 a Assembleia Geral da ONU solicitou a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland que coordenasse a elaboração de um novo estudo, desta vez com objetivo de propor estratégias ambientais de longo prazo para o alcance do desenvolvimento sustentável. O estudo encomendado foi apresentado em 1987 com o título *Our Common Future* [Nosso Futuro Comum]⁵⁶ pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, decretando como imperativa a necessidade de a sociedade global buscar uma trajetória alternativa sedimentada no desenvolvimento sustentável. E, para isso, apresentou em dois momentos uma definição do termo. Inicialmente como:

[...] um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (CMMAD, 1991, p.10).

54 Lutzenberger era um ex-funcionário da empresa agroquímica multinacional BASF que pediu demissão para trabalhar pela causa ecológica. Em 1971 fundou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), uma das primeiras ONGs ambientalistas brasileiras.

55 A Estratégia Mundial de Conservação seguia numa linha direta com o relatório elaborado em 1971 por 27 especialistas de diversos países que se reuniram na cidade de Fouxex (Suíça) para equalizar divergências acerca de diretrizes estratégicas. De acordo com Sachs (1993, p. 29) a reunião de Founex “[...] estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos cornucopianos a respeito dos remédios da tecnologia”.

56 É também usual menção ao documento como Relatório Brundtland, em alusão à coordenadora do estudo. Como mencionado no texto, a primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

E mais à frente como um:

[...] processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, p. 49).

Desde então, o desenvolvimento sustentável passou a ser compreendido como um processo hipotético a ser alcançado quando as necessidades da presente geração são atendidas sem o comprometimento das necessidades das futuras gerações⁵⁷. Necessário mencionar, adicionalmente, alguns pontos que sobressaem no relatório: (i) dentre os temas abordados, o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio; (ii) como soluções propostas, a diminuição do consumo energético (ao lado da transição para uma matriz assentada em fontes renováveis), a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e a transição das economias não industrializadas para um modelo assentado em tecnologias ecologicamente adaptadas; (iii) dentre as metas, a implantação pela ONU de um programa de desenvolvimento sustentável balizador para a concessão de futuros financiamentos por parte das instituições multilaterais de fomento⁵⁸.

O estudo *Nosso Futuro Comum* serviu de base para um amplo debate a respeito do meio ambiente, principalmente por enfatizar os riscos relacionados ao uso intensivo dos recursos naturais dissociado da preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas, alçando, nesse contexto, a Amazônia para o centro da discussão e tornando o Brasil alvo de inúmeras críticas, de outras nações, ONGs, jornalistas, cientistas e políticos. Em território nacional, esse debate, seguindo a tendência global, da mesma forma ganhou corpo: (i) dentro das universidades, com a ampliação dos estudos relacionados e a criação de grupos de pesquisas⁵⁹; (ii) na mídia nacional, com a publicação, veiculação e repercussão crescente de pautas alusivas; (iii) e no próprio ambiente político com a criação e expansão de movimentos políticos de cunho ambientalista⁶⁰.

57 Importa reforçar que o conceito “desenvolvimento sustentável” antecede ao relatório mencionado, tendo sido concebido ainda na década de 1970. Mas, indiscutivelmente este relatório contribuiu para sua disseminação e para a ampliação do debate e ele relacionado, em especial trazendo à tona a relação do ser humano com o meio ambiente ao lado da assinatura de um pacto intergeracional.

58 Este debate mundial teve importante repercussão no ordenamento jurídico brasileiro, em especial por meio dos artigos 170 (inciso VI), 174, 182, 186 e 225 que delimitam um limite para a atuação do Estado no processo de planejamento e indução do desenvolvimento ao se respeitar os limites ambientais. Ou seja, ao lado do crescimento econômico e da busca pelo atendimento dos direitos sociais, forma-se um tripé com a justiça ambiental assumindo posição balizadora. Assim, toda dinâmica de indução do desenvolvimento deve levar em consideração a segurança ambiental, alcançada por meio do provimento de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

59 No caso específico da UFPA, convém mencionar a criação do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) em 1992 que se tornou um importante centro de estudos, pesquisas e pós-graduação em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Um pouco mais à frente o assunto será retomado.

60 O fato mais simbólico sobre a entrada deste tema na arena política nacional é a fundação em 1986 do Partido Verde (PV) brasileiro, parte de um processo de crescimento do movimento político ambientalista global.

do Rio de Janeiro para a realização em 1992 da United Nations Conference on Environment and Como parte desse movimento (global e interno), em dezembro de 1988 o então presidente José Sarney apresentou a candidatura vitoriosa do Brasil para sediar a realização de uma nova conferência mundial sobre o meio ambiente. Contribuíram com a escolha do país e da cidade Development [Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento], apelidada correntemente como Rio 92 ou Eco 92: (i) a própria evidência da Amazônia no debate; (ii) a repercussão mundial dos conflitos fundiários envolvendo madeireiros, pecuaristas e seringueiros na região e que inclusive teve no assassinato de Chico Mendes (líder sindicalista seringalista) repercussão internacional; (iii) a aprovação da Lei n. 6.938/81 que disciplinou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); (iv) a incorporação dos princípios da PNMA na Carta Constitucional Brasileira de 1988; (v) e a criação pela Lei n. 7.735/89 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão executivo da PNMA⁶¹.

Os amazônidas debatem e se preparam para o Rio 92

Com a proximidade da Rio 92, a sociedade amazônica colocou na arena o debate de temas relacionados. Nesse rol, como não poderia deixar de ser, a questão da soberania do país sobre a região se fez presente. Convém, nesse momento, com base na edição histórica e especial do *Jornal Beira do Rio da UFPA*, termos um extrato acerca do debate local.

O periódico – juntamente com o destaque para a inauguração do Chalé de Ferro, sede do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA)⁶² – compartilha um conjunto de entrevistas com expoentes da academia regional que nos ajudam a captar algumas percepções a respeito emitidas por importantes formadores de opinião (*Beira do Rio*, 1992). Ademais, a própria criação de um núcleo de ensino e pesquisas voltado para a compreensão da relação entre a sociedade e natureza, na perspectiva do desenvolvimento sustentável amazônico, demonstra a relevância da problemática. A reportagem central do periódico aprofunda isso, ao mesmo tempo em que alerta que a comunidade científica, então instalada na região, não estava preparada para fazer o enfrentamento dessa discussão⁶³. Sem embargo, destaca duas questões que precisavam ser mais bem estudadas: (i) o impacto das atividades madeireiras, garimpeiras e agropecuárias; (ii) e os efeitos da devastação da floresta na população amazônica⁶⁴, na variabilidade do clima, no regime dos rios, no solo,

61 A respeito das motivações e do contexto de apresentação da candidatura do Brasil para sediar a conferência global sobre o meio ambiente ver: Fiorovanti (2012). O IBAMA incorporou em sua criação os servidores da antiga Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No mesmo processo foi criada a Divisão de Assuntos Humanos e Ambientais do Itamaraty.

62 O NUMA se consolidou como um importante núcleo de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação, de caráter interdisciplinar, com foco no desenvolvimento regional sustentável da Amazônia.

63 Conforme desta o *Jornal Beira do Rio* (1992, p. 3) ao mencionar a relação da universidade com sua hinterlândia, a Amazônia: “O cenário em que a UFPA atua é hoje, sem dúvida, o centro da atenção mundial, em função da agressão devastadora de projetos nela implantados sem o conhecimento prévio de suas populações, em especial da comunidade científica instalada”.

64 A reportagem também destaca os impactos nas comunidades indígenas. Porém, partimos do pressuposto que os indígenas fazem parte da população amazônica, e atualmente partícipes dos chamados povos da floresta. Por isso não destacamos os indígenas no texto, apesar de entender que o destaque pode ser válido para reforçar o debate sobre a questão indígena na Amazônia.

na fauna e na propagação de endemias (como malária e tuberculose). Diante desses desafios, a reportagem informa que a UFPA “[...] considerou necessário planejar estratégias de conservação e manejo de recursos naturais, garantindo a coexistência do desenvolvimento do setor produtivo com a preservação da biodiversidade” (Beira do Rio, 1992, p. 2). Após essa contextualização, passa a mencionar os preparativos realizados para a Eco 92, com destaque para a realização de dois seminários, um promovido pelo setor produtivo e outro envolvendo membros da academia.

O primeiro, o *Seminário Eco-Amazônia*, realizado em Belém nos dias 12 e 13 de setembro de 1991, teve como objetivo a preparação do setor industrial da região para a conferência. Nele, o posicionamento posto pelas entidades representativas foi o de que deveria ser apresentada no decorrer da cúpula uma visão honesta e equilibrada a respeito da “questão Amazônia”, evitando-se críticas exageradas e denúncias infundadas. Isso poderia levar o mundo a acreditar que estava em curso um processo acelerado e irracional de destruição ambiental na região, gerando, como consequência, um perigoso boicote internacional na compra de produtos amazônicos. Na visão do setor produtivo, a campanha em torno da questão ambiental na Amazônia tinha extrapolado todos os limites da sensatez, e tinha se transformado numa “cruzada ambientalista” que, caso não fosse interrompida a tempo e com firmeza, ameaçaria: “[...] o direito inalienável do homem amazônico ao desenvolvimento econômico e social” (Beira do Rio, 1992, p. 11).

O segundo, *Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento – Simdamazônia*, aconteceu com representantes de toda a Pan-Amazônia no Centro Cultural Tancredo Neves – Centur, também em Belém, entre os dias 12 e 15 de fevereiro de 1992 (Beira do Rio, 1992, p. 11). Esse evento foi oficializado, tanto pela ONU quanto pelo governo brasileiro, como a “porta de entrada” do pensamento regional na Conferência do Rio, realizada alguns meses depois (em junho).

Finalmente, na última página dessa edição singular do periódico Beira do Rio é lançada uma pergunta: “A ECO-92 é uma ameaça à soberania nacional e ao futuro da Amazônia?” A análise das respostas nos permite resgatar a percepção de alguns representantes da região a respeito da conferência. Nelas há um misto de sentimentos e impressões⁶⁵.

Gilberto Mestrinho, então governador do estado do Amazonas, ao mesmo tempo em que chama a iniciativa de nobre, expressava preocupação em relação a postura dos países do primeiro mundo e da mídia internacional, bem como uma possível abertura de precedência para um futuro questionamento da soberania brasileira sobre a região.

O médico e ambientalista Camilo Vianna – que havia criado, em 1968, a Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN) e que na época era vice-reitor da UFPA –, da mesma forma manifestava pública desconfiança sobre o evento e preocupação a respeito da soberania da região⁶⁶. Em suas palavras: “Só os que querem

65 Para maiores detalhes, ver: Beira do Rio (1992).

66 Camilo Vianna também foi idealizador das Semanas Amazônicas de Preservação e responsável pelo 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.

ignorar a história aceitam as boas intenções da ECO/92” (Beira do Rio, 1992, p. 12). Devido a veemência de suas colocações convém transcrever parte de sua entrevista, que evoca acontecimentos históricos⁶⁷:

Assim, tivemos a República do Cunani, no atual estado do Amapá e criação da França; o Sindicato boliviano, onde é hoje o estado do Acre, empreitada anglo-americana; o projeto da Academia de Ciências de Washington; a criação do Instituto Internacional da Hiléia, que por pouco não foi aprovada no Congresso Nacional; o grande lago americano de Houdson; a proposta do presidente Mitterrand de internacionalizar o direito ambiental que será consolidado durante a ECO/92; a recente proposta de considerar as florestas tropicais como patrimônio da humanidade; a piedosa proposta dos jovens católicos austríacos para arrecadar dinheiro na Europa para a criação de uma república Yanomami; a entrega dos bens materiais como é o caso do Amapá saqueado durante 42 anos, sem nenhum benefício ao povo da região. E sabe Deus o que vem sendo feito por portas e travessas com a convivência de mercenários brasileiros principalmente do sul e sudeste e testas-de-ferro locais que nos exploram ofensivamente (Beira do Rio, 1992, p. 12).

De posicionamento ponderado, Luis Eduardo Aragón, então Coordenador Adjunto da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ)⁶⁸, percebia a conferência como uma oportunidade para que os países da região manifestassem a sua posição com unidade e firmeza. Defendia que, apesar ser um patrimônio de interesse geral, a Amazônia não era um patrimônio comum, devendo o seu destino ser decidido soberanamente pelos seus países. Para Aragón (2019), o desafio posto a estes países era o de encontrar outro modelo de desenvolvimento para a região, tendo no equilíbrio ecológico o ponto central das relações entre o homem com a natureza.

Outros dois posicionamentos merecem menção. Juan Bordález Hoyos, na época Coordenador do NUMA/UFGA, não via a conferência como uma ameaça à soberania nacional sobre a Amazônia, mas como um espaço democrático para a realização de um balanço e discussão de perspectivas futuras dentro de um amplo debate sobre os desafios que o capitalismo precisava superar para a sua sobrevivência; o que, segundo a sua manifestação, passava por encontrar alternativas dentro de inovações tecnológicas capazes de minimizar a agressão ao meio ambiente⁶⁹. Rosian Caldas, também pesquisador do NUMA/UFGA, ponderava sobre o risco das argumentações maniqueístas, lembrando que a exploração desenfreada de recursos naturais da região era uma consequência de uma estratégia econômica que buscava, mediante o incentivo das exportações, alcançar o equilíbrio das contas públicas. Por outro lado, a ECO 92 estava a chamar a atenção para a necessidade de

67 Alguns destes fatos são tratados por Costa (2024).

68 A UNAMAZ é uma ONG criada em 18 de setembro de 1987, que integra universidades e instituições de pesquisa de todos os países da Pan-Amazônia, tendo por finalidade catalisar a produção de conhecimento para o desenvolvimento sustentável da região. Para mais informações sobre a UNAMAZ, bem como ações convergentes, recomenda-se: Aragón (2008).

69 Outras personalidades também se manifestaram não vendo riscos à soberania nacional sobre a região, mas um espaço para um amplo debate envolvendo temas relacionados: Eneias Salati, então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Bernardino Ribeiro (Secretário Geral da UFGA); Marco Ximenes Pontes (Pró-Reitor de Administração da UFGA).

reverter os custos crescentes da produção capitalista através da deterioração do meio ambiente, ao lado da necessidade de se reduzir, também, os custos sociais. Ou seja, em sua opinião, a conferência se tornaria um espaço para se indagar a respeito do tipo de desenvolvimento politicamente viável para a Amazônia⁷⁰.

A Rio 92 como marco do debate ambiental

Em junho de 1992 foi realizada a Conferência do Rio. Nela, participantes de 179 países reafirmam o compromisso com a Declaração de Estocolmo de 1972, e em especial com a: (i) garantia do acesso das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; (ii) proteção ambiental como princípio norteador de todo processo de desenvolvimento; (iii) erradicação da pobreza e redução das desigualdades dos padrões de vida em escala mundial⁷¹. Foi nessa diretriz que no decorrer do evento três importantes compromissos globais foram assinados: (i) a United Nations Framework Convention on Climate Change [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima], que originou o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 por 154 países, centrado no objetivo da redução dos gases poluentes (efeito estufa); (ii) a Convention on Biological Diversity [Convenção sobre Diversidade Biológica], que estabeleceu metas para a preservação da biodiversidade; (iii) a Agenda 21, um conjunto de metas a serem perseguidas por diferentes escalas (do local ao global) com a finalidade da construção de sociedades sustentáveis, garantindo a preservação dos recursos naturais⁷². Em decorrência da falta de consenso, não foi assinada a convenção prevista que abarcaria o tema das florestas, restando apenas a elaboração de um documento sem força impositiva denominado *Declaration of Principles on Forests* [Declaração de Princípios sobre Florestas] e a criação do Painel Intergovernamental sobre Florestas que promoveu quatro encontros entre 1995 e 1997. Em 2000, como resultante desse processo, foi criado o United Nations Forum on Forests [Fórum das Nações Unidas para as Florestas] com o objetivo de promover a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas⁷³.

Ainda em 1992, e dentro da estratégia de governança entre os signatários da convenção sobre mudanças climáticas, a ONU estabeleceu a chamada Conference of the Parties – COP [Conferência das Partes]. Ratificada em 1994, a COP passou a ocorrer anualmente envolvendo delegados dos países (com poder de voto) e observadores (representantes de ONGs, instituições de ensino e pesquisa e jornalistas). Como parte da dinâmica de

70 Infelizmente não foi possível localizar outros periódicos amazônicos (de universidades ou da imprensa) que pudessem nos dar uma visão complementar dos outros estados da Amazônia sobre a conferência. Porém, acredita-se que esta amostra expressa adequadamente o debate regional sobre o assunto.

71 A realização da Rio 92 acabou contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SINAMA), estimulando a criação de órgãos ambientais nas três escalas da federação. O próprio Ministério do Meio Ambiente foi criado no dia 19 de dezembro de 1992.

72 A Agenda 21 serviu de base para a formulação das Metas do Desenvolvimento do Milênio a Agenda 2030.

73 Importante ainda mencionar que no decorrer do evento as ONGs participantes elaboraram um documento resultante do debate chamado de Carta da Terra evocando a necessidade de se buscar como diretrizes mais gerais: (i) o respeito e o cuidado da comunidade de vida; (ii) a busca pela integridade ecológica; (iii) o alcance da justiça social e econômica; (iv) a luta pela democracia, a não violência e a paz.

cada conferência ocorrem: (i) a reunião do Segmento Ministerial, com a participação dos ministros de meio ambiente dos países signatários; (ii) o Fórum Global, envolvendo organizações acadêmicas e ambientalistas; (iii) exposições de países e ONGs sobre temas relacionados. A COP 01 aconteceu em Berlim (1995), a COP 02 em Genebra (1996) e a COP 03 em Kyoto (1997), onde foi assinado o Protocolo de Kyoto, anteriormente citado. Depois destas três iniciais, ano após ano passou a ser realizada em local previamente deliberado. Em 2023 ocorreu a COP 28 em Dubai, tendo sido definido como futuras sedes: COP 29 em 2024 na cidade de Baku (Azerbaijão) e COP 30 em 2025 na cidade de Belém, na Amazônia⁷⁴.

Também como produto da Rio 92, ocorreu na cidade de Manaus, entre os dias 13 e 19 de junho de 1992, a III Assembleia Geral da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Durante o encontro foi realizada a Conferência sobre Desenvolvimento Socioeconômico e Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos que se propôs a encontrar caminhos para efetivar na região as recomendações da Agenda 21. Como parte da estratégia, foi criado o Programa de Cooperação Sul-Sul sobre Desenvolvimento Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos. E como produto dele o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), que viria a se tornar uma referência sobre estudos afetos ao planejamento do desenvolvimento amazônico.

Principais acontecimentos pós-Rio 92

Após a Rio 92 e a divulgação da Agenda 21, outros importantes marcos aconteceram com as cúpulas do Milênio (ano 2000), de Johannesburgo em 2002 e do Rio de Janeiro em 2012, e com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 em 2015 (ver Figura 1).

Figura 1 - Principais acontecimentos pós-Rio 92



Fonte: Movimento Nacional ODS (2024)

No ano 2000 foi realizada na cidade de Nova York a Cúpula do Milênio que promoveu um balanço acerca dos compromissos pactuados e resultados obtidos ao longo da década anterior. Como produto desta cúpula foi divulgada a Declaração do Milênio que estabeleceu oito metas que deveriam ser atingidas até 2015 e que se tornaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes;

combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ver Figura 2, a seguir). Destarte, enquanto a Agenda 21 se materializava numa importante referência estratégica acerca do desenvolvimento sustentável, os ODM desciam para o estabelecimento de metas, com prazos e indicadores de acompanhamento e avaliação (Brasil, 2005).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: ODM Brasil (2024).

Em 2002, ocorreu a World Summit on Sustainable Development [Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável] em Johannesburgo na África do Sul (também chamada de Rio+10 ou Cúpula da Terra) sem que houvesse avanços no debate ambiental e, sobretudo, na pactuação de metas relacionadas com: (i) a redução do uso de combustíveis fósseis; (ii) o volume de consumo mundial; (iii) e as estratégias para a proteção do meio ambiente⁷⁵. Por outro lado, nesta conferência as questões sociais assumiram importante destaque, com a redução da pobreza sido ratificada enquanto meta também importante a ser perseguida.

Em 2012, foi a vez do Brasil novamente sediar um evento de envergadura, a United Nations Conference on Sustainable Development [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável], também chamada de Rio +20, tendo como principal questão o retrocesso do que fora pactuado em 1992, em especial relativo às questões climáticas e a proteção da biodiversidade. No decorrer da conferência foi apresentado o documento *The future we want* [O Futuro que Queremos] no qual os países reafirmaram o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e futuras gerações. Neste documento, a pobreza e a fome foram apontados como os maiores desafios globais a serem enfrentados, bem como a necessidade de se criar estratégias para o desenvolvimento de uma “economia verde”. Conforme ONU (2012, p. 3):

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

⁷⁵ Os principais pontos da cúpula de 2002 foram: (i) a reafirmação da importância de se perseguir o desenvolvimento sustentável; (ii) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Ademais, o documento aponta que:

[...] para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes (ONU, 2012, p. 3).

Um importante encaminhamento da conferência foi constituição do Open Working Group on Sustainable Development Goals [Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] com a finalidade de compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Entre 2013 e 2014 esse grupo, conhecido como GTA-ODS, coordenou uma série de consultas a partes interessadas, num processo chamado de *Pesquisa Global das Nações Unidas Por Um Mundo Melhor*⁷⁶. Em setembro de 2015 o GTA-ODS apresentou durante a Assembleia Geral das ONU em Nova York o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU-BR, 2015) que tornou pública a chamada Agenda 2030, envolvendo 5 dimensões (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria), 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais a serem atingidas até o ano de 2030 (Figura 3, a seguir).

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU (2015).

A partir de então, a Agenda 2030 e os ODS se constituíram numa diretriz global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir o alcance da paz e da

⁷⁶ os recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

prosperidade. Em virtude disso, ambos tem servido como parâmetro fundamental no processo de discussão, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, ou seja, no ciclo de políticas públicas nas múltiplas escalas no Brasil: municípios, estados e União.

DA SUSTENTABILIDADE PARA A QUESTÃO DA SOBERANIA NACIONAL

O debate público sobre a soberania da Amazônia

A questão da soberania brasileira sobre a Amazônia, até mesmo devido a correlação direta, andou em paralelo com o ascendente debate ambientalista. Ao lado disso devem ser acrescentados interesses econômicos e geopolíticos. Três exemplos recentes e correlacionados podem ser inicialmente evocados.

No dia 23 de agosto de 2019, uma sexta-feira, diversas ONGs ambientalistas organizaram de forma coordenada uma série de protestos em frente às embaixadas do Brasil em Londres (Inglaterra), Berlim (Alemanha), Paris (França), Berna (Suíça), Amsterdã (Holanda), Dublin (Irlanda), Madri (Espanha), Barcelona (Espanha), Nápoles (Itália), Luxemburgo, Mumbai (Índia), Quito (Equador), Caracas (Venezuela), Cali (Colômbia) e Bogotá (Colômbia). O objetivo das manifestações era cobrar do governo brasileiro uma tomada de posicionamento mais enfática contra o desmatamento da Amazônia, a violência contra os povos indígenas, a plantação de soja e a criação de gado na região. Como parte dos mecanismos de pressão, os manifestantes defenderam publicamente o boicote aos produtos brasileiros.

Em 2017, circulou no Brasil o relatório de consultoria *Farms here, forest there* [Fazendas aqui, florestas lá] produzido a pedido do National Farmers Union [Sindicato Nacional dos Agricultores], um dos principais sindicatos do agronegócio norte-americano. O relatório alerta a crescente ameaça ao agronegócio estadunidense advinda do aumento da competição internacional promovida pela expansão da produção oriunda de áreas florestais desmatadas, com destaque à Amazônia e Cerrado Brasileiro (Gardiner; Friedman, 2017). Dentre as recomendações do relatório, destaca-se a imposição de barreiras não tarifárias para inibir crescimento da produção de *commodities* agrícolas nessas regiões e combater o desmatamento da floresta amazônica. Essa medida, além de garantir os serviços ecossistêmicos da floresta numa perspectiva global, seria economicamente vantajosa para os agricultores estadunidenses, gerando um controle (diminuição) da oferta em nível mundial, com conseqüente aumento de preços e lucros⁷⁷.

O terceiro exemplo emblemático são os recorrentes posicionamentos públicos do presidente francês Emmanuel Macron. Reconhecido pelo forte protagonismo político em termos internacionais, em especial como um importante articulador e arauto dos interesses da União Europeia, Macron de forma nada velada se utiliza de questões relacionadas à preservação da Amazônia como subterfúgio para a defesa de interesses de setores econômicos europeus, em especial relacionados ao

⁷⁷ Há uma falha no estudo da consultoria americana. O crescimento da oferta de *commodities* do agronegócio brasileiro na Amazônia não é dependente da expansão do desmatamento, ainda que se utilize disso em algum grau. As áreas já desmatadas são suficientes para absorver essa expansão.

agronegócio⁷⁸. Porém, em que pese a visibilidade que assumiu no debate mais recente, não foi o primeiro a colocar a região no centro de uma polêmica envolvendo a relação entre sustentabilidade e soberania.

Em termos temporais, foi a partir da década de 1980 que esse debate ganhou maior visibilidade através de manifestações de líderes mundiais, ONGs, periódicos ou formadores de opinião. Em 1981 o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), movimento ecumênico de viés progressista com sede em Genebra (Suíça), divulgou o documento *Diretrizes do Concílio Ecumênico Cristão para o Brasil* que declarou que a Amazônia é um “patrimônio da humanidade”, com os países amazônicos detendo apenas uma “posse circunstancial” sobre a região. Ao lado disso defendeu a preservação ambiental da região e a criação, a partir do princípio de autodeterminação dos povos, de nações indígenas independentes para a preservação de sua cultura⁷⁹. A argumentação se baseava na necessidade da manutenção dos povos indígenas apartados da sociedade brasileira, evitando a aculturação e a desestruturação de seu tradicional modo de vida.

Nessa mesma direção, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no processo da Assembleia Nacional Constituinte, apresentou uma proposta de emenda popular que estabelecia a plurinacionalidade para os povos indígenas. Assim, os indígenas brasileiros gozariam de dupla nacionalidade, introduzindo, para alguns, na Constituição Federal princípios legais que poderiam propiciar o estabelecimento de nações indígenas independentes (Carrasco; Palacios; Lino, 2001; Piteira, 2010).

Desde então, uma série de declarações públicas ocorreram alimentando o debate público. Com objetivo de melhor organizar as informações, e sem nenhuma pretensão de listar todas, algumas das declarações mais relevantes foram sistematizadas na Tabela 1, a seguir⁸⁰.

As declarações, selecionadas na Tabela 1 abaixo, permitem perceber que a preocupação com a manutenção da soberania do Brasil sobre a Amazônia, no bojo do debate ambiental e às vésperas da Rio 92, não era uma elucubração abstrata. Era um debate concreto de âmbito regional e internacional. Ou seja, havia interesses mais amplos e crescentes sobre a região, e uma ideia corrente de que era necessário relativizar a soberania dos países amazônicos sobre a floresta ante a incapacidade de preservá-la.

78 O veto francês em relação às tratativas envolvendo União Europeia e Mercosul está diretamente relacionado a isso.

79 Entende-se por preservação ambiental a manutenção da floresta intocável pelo homem. Diferente do conceito de conservação ambiental quando o homem pode fazer uso da floresta de forma sustentável.

80 Essas declarações podem ser facilmente encontradas da rede mundial de computadores. Contudo, uma parte delas está transcrita em Delfin Netto (2004) e Aragon (2019, p. 18 e 19). Neste último, o autor em determinando momento, ao retratar uma parte da história do NAEA/UFPA, contextualiza os impactos do debate ambiental global com as diretrizes do Núcleo. Recomenda-se a leitura por se tratar de um capítulo importante do ensino e da pesquisa amazônica sobre o desenvolvimento regional.

Tabela 1 – O Debate Público sobre a Soberania da Amazônia

Ano	Personalidade	Declaração
1989	Al Gore (senador dos EUA) ⁸¹	“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós” ⁸²
1989	Georg Bush (então candidato à presidência dos EUA)	“Os brasileiros pensam que a Amazônia é deles. Não é. Ela pertence a todos nós” ⁸³
1989	François Mitterrand (Presidente da França)	“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” ⁸⁴ .
1989	Parlamento Italiano	“A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo.”
1989	Grupo dos Cem (reunião na Cidade do México)	“Só a internacionalização pode salvar a Amazônia”
1990	Congresso de Ecologistas Alemães	“A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da humanidade” ⁸⁵ .
1992	Mikhail Gorbachev (Presidente da URSS)	“O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”
1992	John Major (Primeiro-Ministro da Inglaterra)	“As nações desenvolvidas devem estender os domínios da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas de ecologistas internacionais a que estamos assistindo, no passado e no presente, sobre a região amazônica, estão deixando a fase propagandista, para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região”
1994	Henry Kissinger (ex-secretário de Estado dos EUA)	“Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”
2000	George W. Bush (candidato à presidência dos Estados Unidos, em debate com Al Gore, Washington)	“Os países em desenvolvimento com imensas dívidas externas devem pagá-las em terras, em riquezas. Vendam suas florestas tropicais”

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Barrionuevo (2008) e Aragon (2019).

81 Albert Arnold Gore Jr. tornou-se vice-presidente dos EUA em 1993 pelo Partido Democrata, acompanhando o Presidente Bill Clinton, ficando no cargo até o ano de 2000 quando foi derrotado nas eleições para a presidência pelo candidato republicano George W. Bush. Reconhecido ativista ambiental, publicou três livros de grande influência: *A Terra em Balanço* (1993), *Uma verdade inconveniente* (2006) e *O Ataque à Razão* (2007). Em 2007 foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz pelo seu ativismo ambiental em conjunto com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU.

82 Declaração dada no contexto de uma visita institucional de uma comissão norte-americana para apurar as denúncias de devastação da floresta amazônica.

83 No bojo dos debates da disputa eleitoral para a presidência dos EUA em 1989 veio à tona a questão sobre os impactos ambientais nos EUA advindos da destruição das florestas tropicais. Foi nesse momento que foi apresentada pelos candidatos Al Gore e George Bush a sugestão de troca da soberania dos países subdesenvolvidos sobre as suas florestas pela quitação de suas dívidas externas.

84 O pronunciamento de Mitterrand ocorreu durante uma conferência em Haia (Holanda) sobre o meio ambiente.

85 É nesse mesmo contexto que surgiu a iniciativa de jovens católicos austríacos para arrecadar dinheiro na Europa, com o objetivo de financiar a criação de uma República Yanomami (Beira do Rio, 1992).

As ONGs apresentam um modelo alternativo de desenvolvimento

Após a Rio 92 o debate ambientalista se amplificou, ensejando o envolvimento de múltiplos atores, como o crescimento da atuação das ONGs na região e a incorporação, em especial por parte do governo brasileiro, da Agenda 21 no processo de planejamento e gestão de políticas públicas⁸⁶. A própria lógica de desenvolvimento implementada historicamente pelo governo federal na Amazônia – amparada no processo de industrialização por substituição de importações dentro do nacional-desenvolvimentismo com priorização para ocupação demográfica da região, implantação de grandes obras de infraestrutura e logística e exploração de sua riqueza natural (extrativismo florestal, mineração e agronegócio) – passou a ser questionada e alvo de seguidos debates.

Ao mesmo tempo, o crescimento do ativismo das ONGs na região provocou a discussão da necessidade de regulamentação das suas atuações visando combater: a biopirataria, a influência internacional sobre os índios e a venda de terras. Tarso Genro, que em 2008 ocupava a pasta do Ministério da Justiça, declarou em matéria publicada pelo *O Estado de São Paulo*:

Grande parte dessas ONGs não está a serviço de suas finalidades estatutárias [...]. Muitas delas escondem interesses relacionados à biopirataria e à tentativa de influência na cultura indígena, para apropriação velada de determinadas regiões, que podem ameaçar, sim, a soberania nacional (Rosa, 2008, p. A4)⁸⁷.

A matéria publicada no periódico informa ainda que, de acordo com estimativas das Forças Armadas Brasileiras, cerca de 100 mil ONGs atuavam na época na Amazônia, muitas delas recebendo recursos internacionais e, inclusive, públicos federais⁸⁸. Inclusive, na mesma matéria, o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira (então Comandante Militar da Amazônia), em decorrência da polêmica envolvendo a demarcação da reserva Raposa Terra do Sol no estado de Roraima, alertou que muitas das ações das ONGs na Amazônia colocavam em risco a soberania nacional, sobretudo as que atuavam diretamente com questões relacionadas à demarcação de territórios indígenas (Rosa, 2008).

Um novo e simbólico capítulo ocorreu em 2015 quando a Fundação Gaia Amazonas, uma ONG sediada em Bogotá na Colômbia⁸⁹, apresentou uma COP23 em Bonn (Alemanha), como estratégia para o cumprimento dos ODS e Agenda 2030, a proposta de criação do Corredor Andes-Amazonas-Atlântico, que passou a ser correntemente chamado de Corredor AAA, Corredor

86 Destaca-se nesse processo a construção da Agenda 21 Brasileira entre os anos de 1996 e 2002 pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (Brasil, 2000). A partir de 2003 a Agenda 21 Brasileira entrou como Programa do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) do governo federal.

87 Na mesma matéria, o então secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior afirmou: “[...] não queremos que organizações de fachada, disfarçadas de ONGs, espionem o território brasileiro e prejudiquem nossa soberania. Não vamos aceitar testa-de-ferro de ação internacional” (Rosa, 2008, p. A4).

88 Pelos dados compartilhados pela reportagem, de acordo com cálculos das Forças Armadas Brasileiras, somente no ano de 2007 as ONGs captaram cerca de R\$ 3 bilhões em recursos federais (Rosa, 2008).

89 A fundação é liderada pelo antropólogo norte-americano Martin von Hildebrand. De acordo com Maestri (2015) trata-se de uma filial da Gaia Foundation, vinculada à Casa de Windsor (família real britânica).

Triplo A ou Caminho da Anaconda⁹⁰. A proposta, divulgada como uma ação macrorregional para a criação de um corredor ecológico transnacional⁹¹, foi vista por ambientalistas como uma importante iniciativa para⁹²: (i) a conservação da biodiversidade regional e recuperação dos biomas alterados; (ii) combater os efeitos das mudanças climáticas; (iii) manter os serviços ambientais e os ciclos das chuvas; (iv) preservar a riqueza cultural da região. Conforme a Figura 4, a seguir, o Corredor AAA seria uma extensa área de aproximadamente 265 milhões de hectares conectando em uma faixa contínua o Andes ao Atlântico através da Hileia ao norte do Rio Amazonas, unindo áreas de proteção ambiental (957 mil km²) e terras indígenas (1,2 milhão de km²) de oito países⁹³.

Figura 4 - Mapa da proposta do corredor AAA.



Fonte: Gaia Amazonas (2024).

Dados da proposta indicam que o Caminho da Anaconda abarcaria por meio da chamada “conectividade biocultural” 65% do bioma amazônico, contemplando cerca de 30 milhões de pessoas, 385 povos indígenas e 4.040 centros rurais e urbanos; com destaque para

90 Para maiores informações sobre o Corredor AAA, recomenda-se: Ortiz (2017), Maestri (2015) e Gaia Amazonas (2018, 2020, 2024).

91 A proposta se assenta na tese da necessidade de conectividade de ecossistemas (unindo fragmentos florestais e unidades de conservação) como elemento fundamental para a manutenção da biodiversidade. Isso permitiria o livre deslocamento de animais (fluxo genético), a dispersão da flora e o aumento da cobertura vegetal.

92 Com o objetivo de alavancar a proposta, 8 ONGs que atuam na região formaram a Aliança Norte Amazônia: Guiana Sociedade para a Biodiversidade e Ecossistemas, Instituto del Bien Común, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena IEPÉ, Ecociencia, Nature and Culture International, Sociedad Peruana de Derecho Ambiental SPDA e Wataniba. Para maiores informações consultar: www.alianzanoramazonica.org.

93 A proposta contempla oito blocos geográficos: a Amazônia colombiana; os estados do Amazonas e Bolívar, na Venezuela; a região norte do rio Amazonas no Brasil (estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Pará); a Amazônia equatoriana; a região ao norte do rio Marañón, no Peru; a região amazônica na Guiana; a região amazônica do Suriname; a região amazônica da Guiana Francesa.

IQUITOS, Letícia e Manaus⁹⁴. Todavia, a Fundação Gaia Amazonas enfaticamente afirma que a viabilidade da proposta depende diretamente da anuência e participação do governo brasileiro⁹⁵.

Outro ponto importante a ser acrescentado é que, como parte da iniciativa e em consonância com a Declaração de Belém (lançada durante a Cúpula da Amazônia em 2023), a Fundação defende um modelo econômico sustentável alternativo para a sociedade regional construído a partir das suas características ecossistêmicas e culturais⁹⁶. Nesse sentido, a lógica do desenvolvimento regional proposta se assenta em sistemas de conhecimento e nas formas de vida próprias que priorizam a preservação da floresta e a cultura dos povos indígenas (Gaia Amazonas, 2024).

Essa visão se assemelha a outras iniciativas encampadas na região, como, por exemplo, a Guyana Shield Initiative – GSI [Iniciativa Escudo da Guiana] que merece rapidamente ser mencionada. A GSI se constitui num programa internacional de proteção ambiental encabeçado pela WWF com apoio da IUCN, The Amazon Conservation Team e PNUD/ONU, que elegeram a ecorregião das Guianas como área de atuação⁹⁷. Como linha de implementação aparece o incentivo a alternativas sustentáveis de desenvolvimento com incentivo a novas formas descentralizadas de governança socioterritorial, conferindo, assim, participação e autonomia às comunidades tradicionais.

Obviamente existem diversas outras propostas e iniciativas similares apresentadas por ONGs para o alcance do desenvolvimento sustentável da região, mas o trabalho de identificação e descrição se tornaria extenso e fugiria ao objetivo aqui posto. Os dois exemplos apresentados, do Corredor Triplo A e do Escudo das Guianas, são pertinentes e ilustrativos na medida em que parte importante do debate contemporâneo sobre caminhos alternativos para o desenvolvimento da região repousa em propostas similares, apresentadas por ONGs ou representantes de instituições de ensino e pesquisa, de aproveitamento dos ativos da sociobiodiversidade amazônica. Convém, obviamente, mencionar que algumas dessas propostas acabam ativando paralelamente o debate da soberania nacional sobre a região.

O debate ambiental e a Amazônia nos periódicos internacionais

Indiscutivelmente o debate sobre a importância da preservação do meio ambiente ascendeu no cenário mundial em decorrência: (i) do protagonismo das ONGs; (ii) dos eventos de impacto mundial como a reunião do Clube de Roma em 1968 e as conferências

94 Apenas em território brasileiro, de acordo com Ortiz (2017), a proposta contempla 62 unidades de conservação (437 mil km²) e 81 terras indígenas (439 mil km²).

95 A unificação de uma faixa contínua de terras indígenas permitirá a introdução de uma instância de governança chamada pela Fundação Gaia de Associações de Autoridades Tradicionais Indígenas (AATIs).

96 A Declaração de Belém foi lançada da Cúpula da Amazônia realizada pela OTCA em agosto de 2023 na cidade. O documento estabelece uma agenda consensuada entre os oito países que compõem a organização: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Venezuela.

97 A GSI envolve um amplo território que se estende entre estados brasileiros (Amapá, Roraima e Amazonas), as três Guianas (Guiana, Guiana Francesa e Suriname) e a porção da Guiana que está em território venezuelano e parte da Amazônia colombiana; delimitado geograficamente pelos rios Orinoco, Negro, Amazonas e Cassiquiare, possui 270 milhões de hectares (40% do bioma Amazônia). Trata-se de uma região como uma enorme importância geoestratégica, detentora, além de uma importante porção da floresta tropical ainda em grande parte preservada, de recursos minerais, uma ampla etnobiobiodiversidade, recursos hídricos (20% da reserva de água doce do mundo) e um vasto reservatório de carbono (18% do estoque mundial armazenado em florestas tropicais).

de Estocolmo 1972, Rio 92, Cúpula do Milênio, Johannesburgo 2002 e Rio + 20; (iii) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU), instituído em 1972; (iv) das Conferência das Partes (COP), realizadas anualmente desde 1995; (v) de diretrizes balizadoras da agenda global e de políticas públicas como a Agenda 21 lançada na Rio 92, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) na Cúpula do Milênio, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 na Assembleia Geral da ONU em 2015; (vi) do surgimento de movimentos políticos ambientalistas como os partidos verdes em diversos países; (vii) e de publicações que fomentaram o debate, como: a *Primavera Silenciosa* (1962), *Os Limites do Crescimento* (1972), *O Projeto para a Sobrevivência* (1972), *Relatório Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente* (1972), *Fim do Futuro* (1976), *A Agenda Inacabada* (1977), *Estratégia Mundial de Conservação* (1981), *Nosso Futuro Comum* (1987), *Declaração do Milênio* (2000), *O Futuro que Queremos* (2012) e *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (2015)⁹⁸.

Ao lado de todos esses acontecimentos, parte importante do debate também foi fomentado por matérias publicadas em periódicos tradicionais de grande influência. Em 1974, por exemplo, a antropóloga Margaret Mead escreveu para a revista *Science* o editorial *World Population: World Responsibility* [*População Mundial: Responsabilidade Mundial*] trazendo para uma discussão pública a preocupação com as consequências do crescimento da população mundial no meio ambiente (MEAD, 1974)⁹⁹.

Uma das primeiras publicações em um periódico internacional de ampla circulação que claramente estabelece uma relação entre o aquecimento global e o desmatamento da Amazônia foi o artigo *Vast Amazon Fires, Man-Made, Linked To Global Warming* [*Vastos incêndios na Amazônia, provocados pelo homem, ligados ao aquecimento global*] na edição de 12 de agosto de 1988 do *The New York Time* (Simons, 1988). Ao mesmo tempo em que destaca que essa relação era subestimada e sem estudos sistemáticos até o ano de 1987, o artigo avança na especulação sobre uma relação direta entre as queimadas na floresta e os danos na camada de ozônio sobre a Antártida, o equilíbrio químico da atmosfera e o clima global.

Buscando entender as principais causas do desmatamento, o artigo menciona a expansão do agronegócio, em especial gado e soja, na senda de grandes rodovias abertas pelo poder público. Não por acaso, logo após a matéria uma delegação norte-americana esteve no Brasil para apurar a questão, tendo entre seus participantes Al Gore, então senador e futuro vice-presidente dos EUA (Desideri, 2019). É nesse contexto que ele proferiu a tão conhecida declaração “Ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”. A ele seguiram-se Georg Bush (então candidato à presidência dos EUA), François Mitterrand (Presidente da França) e outros listados na Tabela 1.

98 Importante mencionar – até mesmo para chamar a contextualização à ordem e ao contrário do que talvez possa aparentar nesse survey – que o debate sobre aquecimento global e as mudanças climáticas permanentemente foi caracterizado por grandes divergências. Nunca foi um consenso. Em que pese os eventos, seminários, documentos e reportagens alertando para os riscos climáticos, sempre houve cientistas que apresentavam conclusões diversas, inclusive com alguns defendendo a possibilidade de resfriamento da temperatura global. Para uma boa síntese do antagonismo do debate recomenda-se o capítulo 4, de Andrade (2018).

99 Seguindo a diretriz da argumentação iniciada na *Science*, Mead coordenou no ano seguinte (1975) na cidade de Washington (EUA) o seminário *A atmosfera: ameaça ameaçadora* – realizado pelo Forgy International Center, uma agência do governo dos EUA para questões de saúde – que reuniu um conjunto de interessados em debater as consequências da ação humana no meio ambiente. Este seminário é considerado um importante momento de alavancagem do debate público sobre a relação entre as ações antrópicas, a elevação do nível de CO₂ na atmosfera e o aquecimento global.

A relação entre o desmatamento da Amazônia e o aquecimento global nos periódicos internacionais ganhou ainda maior visibilidade com o assassinato do seringueiro e líder sindical Chico Mendes, que passou a ser considerado pelo movimento ambientalista mundial como uma espécie de “mártir do holocausto amazônico”¹⁰⁰. Junto com a repercussão de sua morte, vieram denúncias de que em meio a disputas por terras a floresta do oeste da Amazônia estava sendo convertida, através do desmatamento, em pastagens para a criação de gado¹⁰¹. Como consequência observou-se um aumento da pressão internacional sobre o governo brasileiro e agências financiadoras multilaterais (como o Banco Mundial), ao lado de uma série de críticas sobre a política de incentivos fiscais para atividades agropecuárias na região e o financiamento de obras de infraestrutura. Aumentou-se também a pressão pela criação de reservas extrativistas, ao mesmo tempo em que surgiram campanhas de boicote de produtos do agronegócio vindos da Amazônia.

Em 1989, a revista *Time* publicou em sua primeira edição do ano a reportagem *Planet Of The Year: What on EARTH Are We Doing?* [*Planeta do ano: o que estamos fazendo com a TERRA?*] que, numa linha alarmista, enfatizava que o crescimento populacional global, ao lado da lógica econômica advinda da Revolução Industrial, estava alterando o equilíbrio da natureza. Mais do que isso, enfatizava que o cataclisma global – dado alguns exemplos de secas, ondas de calor, poluição, furacões, inundações e terremotos – era eminente. Dentre as causas do desequilíbrio climático estava a destruição das florestas tropicais (Sancton, 1989)¹⁰².

Quase vinte anos após, o *The New York Times* publicou no dia 18 de maio de 2008 a reportagem *Whose Rain Forest Is This, Anyway?* [*De quem é esta floresta tropical, afinal?*] (Barrionuevo, 2008). Nela, é apresentando um enfático questionamento sobre a soberania das nações amazônicas sobre a Hileia, ao mesmo tempo em que informa que um grupo de líderes mundiais considera a Amazônia um patrimônio da humanidade¹⁰³.

Saltando cerca de dez anos, em 2018 e 2019 o biólogo e ambientalista Thomas Lovejoy¹⁰⁴, que atuou durante décadas na região, e o cientista brasileiro Carlos Nobre¹⁰⁵, da Universidade de São Paulo (USP), publicaram dois editoriais de ampla repercussão internacional na revista *Science Advances*, alertando que o desmatamento do bioma amazônico (em sinergia com o uso do fogo e o aumento da temperatura global) estava conduzindo a floresta tropical ao

100 A este respeito, como exemplos, ver: Brooke (1990), *The New York Times* (1998) e Haberman (2016).

101 O *The New York Times* (1998), tendo como fonte a Igreja Católica brasileira, informa que Chico Mendes foi um dos 982 ativistas assassinados em disputas por terras na Amazônia entre 1964 e 1988. Este dado expressa o problema da violência advinda de conflitos fundiários até hoje presentes na região.

102 Segundo a reportagem: “As queimadas e o corte em massa de florestas no Brasil e em outros países, como um grande exemplo, estão destruindo espécies insubstituíveis todos os dias” (Sancton, 1989, tradução nossa).

103 A matéria segue na direção da coleção de declarações apresentadas na Tabela 1.

104 Lovejoy é considerado por alguns como o “padrinho” do conceito de biodiversidade. Desempenhou ativo papel como consultor de organizações internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, bem como do governo dos EUA em gestões como as de Ronald Reagan, Bill Clinton e Barack Obama. Tinha, também, uma atuação bem próxima da ONG *World Wildlife Fund* (WWF). Verificar: Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), fundador do *Amazon Biodiversity Center* e do *Biological Dynamics of Forest Fragmentation Project* (BDFFP).

105 Carlos Nobre tornou-se mundialmente conhecido pelo seu protagonismo no debate sobre o aquecimento global e mudanças climáticas.

“ponto de não retorno” (*tipping point*). A partir dele o bioma viveria um intenso processo de savanização¹⁰⁶. Como principal consequência, os impactos ecossistêmicos levariam à incapacidade de manutenção da Hileia e gerariam forte repercussão no regime pluvial da Bacia do Prata (envolvendo o sudeste do Brasil, o sul do Paraguai, o Uruguai e o centro-leste da Argentina). Para os autores, a Amazônia está à beira da destruição funcional, com um risco crescente de perda de sua biodiversidade. Como solução para a manutenção dos serviços ecossistêmicos apontam para a necessidade da gestão dos ativos naturais e econômicos da região; porém, não mencionam quem e nem como essa gestão pode ser realizada (Lovejoy; Nobre, 2018, 2019)¹⁰⁷. O assunto reaparece no artigo *Critical transitions in the Amazon forest system* [*Transições críticas no sistema florestal amazônico*] publicado pela revista *Nature* em 2024, sendo Carlos Nobre um dos diversos coautores (Flores et al., 2024)¹⁰⁸. Nele, os autores afirmam que o ponto de não retorno poderá ser atingido até 2050.

Ainda em 2019 Stephen M. Walt, professor de Relações Internacionais da Universidade de Harvard, publicou na revista eletrônica *Foreign Policy* o artigo com o título original *Who will invade Brazil to save the Amazon?* [*Quem vai invadir o Brasil para salvar a Amazônia?*] (Walt, 2019)¹⁰⁹. Nele, é apresentado um cenário hipotético no qual, após a recusa do governo brasileiro de restringir as atividades econômicas na região, os EUA teriam de partir para uma intervenção militar direta envolvendo o bloqueio naval e a destruição da infraestrutura estratégica do país. De cunho provocativo, e reconhecidamente exagerado, o autor justifica o texto como sendo uma forma de ascender o debate no campo do Direito Internacional para a definição de regras que possam justificar sanções e até mesmo uma possível intervenção na Amazônia sob a alegação de que ela é um problema de todos e que os demais países têm o direito de intervir para prevenir danos catastróficos e irreversíveis ao meio ambiente¹¹⁰.

O alerta sobre a questão do desmatamento, com risco de savanização da Hileia, também foi no mesmo ano tema da revista *The Economist* quando publicou a matéria *Deathwatch for the Amazon* [*Relógio da morte para a Amazônia*] destacando que o Brasil possuía o poder para salvá-la ou destruí-la (*The Economist*, 2019). A matéria destaca, pertinentemente, que desde que os humanos chegaram na região há mais de 10 mil anos vêm causando impactos

106 De acordo com os autores existem alguns modelos que tratam desse “ponto de não retorno”. Foge ao propósito um debate mais exaustivo aqui. Contudo, pelo apontado por Lovejoy e Nobre (2018), alguns desses modelos apontam que o desmatamento de 40% da área florestal, ou o efeito combinado de um desmatamento de 20-25%, em sinergia com as mudanças climáticas e o uso generalizado fogo na região, poderiam gerar o “ponto de não retorno”.

107 De acordo com Lovejoy e Nobre (2019), o ciclo hidrológico da hileia é diretamente dependente do processo evapotranspiração endógena. Há um processo de reciclagem da umidade florestal que determina o ciclo pluvial, não apenas na região amazônica – gerando 20% da água doce mundial por meio do sistema fluvial do rio Amazonas –, mas de toda Bacia do Prata da América do Sul. Segundo os autores, toda a América do Sul, com exceção do Chile (em decorrência do bloqueio da Cordilheira dos Andes), se beneficiam da umidade amazônica.

108 Ao todo foram 24 pesquisadores que participaram do estudo.

109 Após inúmeras críticas e uma forte repercussão, o periódico alterou o título do artigo para *Who Will Save the Amazon (and How)?* [*Quem vai salvar a Amazônia (e como)?*].

110 A este respeito ver: BBC News Brasil (2019) e Marchao (2019). Nelson Forster, ministro-conselheiro do Brasil em Washington, rebateu afirmando que o artigo é expressão de um “[...] exercício irresponsável de retórica arrogante sobre um assunto sério” (Marchao, 2019).

na floresta. Contudo, somente a partir da década de 1970, em especial decorrente de atividades econômicas (como a extração de madeira e minérios, plantio de soja, pecuária e construção de estradas e barragens), o processo de devastação ganhou maior intensidade, tendo a floresta perdido, nos últimos 50 anos, 17% da sua extensão original. Como recomendação, a matéria da *The Economist* sugere que o mundo rejeite a soja e a carne produzidas de forma ilegal na Amazônia e propõe que os parceiros comerciais do Brasil contingenciem os acordos econômicos dentro de boas práticas ambientais.

A leitura mais atenta dos acontecimentos mostra que a linha que tanto preocupava o setor produtivo regional no Seminário Eco-Amazônia de 1991 vem ganhando força¹¹¹. Dentro de uma sinergia de interesses e de ações do movimento ambientalista, dos governos europeus e norte-americano e de setores econômicos desses países, há um público questionamento do modelo de desenvolvimento hoje adotado na Amazônia e um permanente debate relacionado à manutenção da soberania do país sobre a região.

A POLÊMICA SOBRE A ATUAÇÃO DAS ONGS NA AMAZÔNIA

Quatro importantes marcos no debate

Essa perspectiva nos remete novamente à polêmica sobre a atuação das ONGs na Amazônia e, necessariamente, para quatro importantes marcos no debate, os livros: (i) *Cloak of Green: The Links Between key Environmental Groups, Government and Big Business* [Uma demão de Verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios] da jornalista canadense Elaine Dewar, publicado originalmente em 1995 após acompanhar os debates e a proposta de construção de um modelo de governança global que culminou com a realização da Rio 92 (Dewar, 2007)¹¹²; (ii) *Forests in International Environmental Politics* [Florestas na Política Ambiental Internacional] da pesquisadora Ans Kolk da Universidade de Amsterdã (Kolk, 1996); (iii) *Máfia Verde: O Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial* escrito numa parceria entre o sociólogo e jornalista mexicano Lorenzo Carrasco com o geólogo Geraldo Lino e Silvia Palacios, publicado em 2001 em meio a uma forte polêmica com a World-Wide Fund for Nature (WWF-Brasil) que entrou com uma ação judicial para impedir a sua comercialização¹¹³ (Carrasco; Palacios; Lino, 2001); e, (iv) *Amazônia: A Maldição de Tordesilhas. 500 anos de cobiça internacional* lançado recentemente por Aldo Rebelo, ex-ministro nos governos Lula e Dilma Rousseff (Rebelo, 2024). Torna-se importante, portanto, sintetizar os principais pontos apresentados por essas obras.

111 Conforme anteriormente relatado, em 1991, o setor produtivo da Amazônia promoveu um seminário com intuito de debater os preparativos e alinhar os entendimentos para a Rio 92. As entidades de classe empresarial alertavam para o cuidado de não se instalar uma “cruzada ambientalista” com boicotes internacionais na compra de produtos regionais que iria prejudicar as atividades econômicas da região indiscriminadamente e teria como consequência o prejuízo do “[...] o direito inalienável do homem amazônico ao desenvolvimento econômico e social” (Beira do Rio, 1992, p. 11).

112 Para Dewar (2007) a Rio 92 possuía outros objetivos para além da discussão da sustentabilidade. Dentre eles estava a abertura das economias nacionais aos interesses multinacionais dentro de uma agenda de governança global.

113 Na época uma determinação judicial levou a apreensão dos exemplares ainda não vendidos.

Dewer (2007) após analisar a atuação de algumas ONGs selecionadas estabelecer uma série de críticas sobre as suas atuações e conexões com interesses governamentais e empresariais¹¹⁴. Nesse contexto, para a autora, o Brasil se apresenta como o alvo principal de interesses econômicos, geopolíticos e ideológicos que se utilizam do discurso ambientalista como pretexto para a imposição de suas agendas. Rabinovici (2008) elabora uma boa resenha sobre o livro e nela sintetiza bem as conclusões da autora em relação as ONGs pesquisadas:

[...] apoiavam ativamente e promoviam facetas diversas da Agenda de Governança Global; em conjunto recebiam mais de 10 milhões de dólares anuais em doativos, bolsas e outros rendimentos, e gastavam grande parte defendendo interesses específicos junto a governos e ao público em geral; assumiam uma fachada de independência crítica de governos e negócios a despeito de serem estes os seus doadores; não praticavam democracia, participação e transparência em sua gestão e definições políticas; apresentavam relatórios descuidados com declarações financeiras incompletas; recebiam dinheiro de quaisquer doadores (inclusive dos que compram influência política); contrataram pessoas que trabalharam em agências de inteligência; eram dúbias em seus objetivos e missões que podiam ser lidos e interpretados de diversas maneiras; não tinham capacidade de testar os produtos e marcas que endossavam; desorientavam seus públicos com informações incorretas para obter fundos; tinham como protagonistas as mesmas pessoas, um grupo seletivo e interligado; muitas mediam sua eficácia pelo número de vezes que apareciam na mídia ou respondiam às suas solicitações; todas apresentavam grande capacidade de arrecadar dinheiro e de se “transformar” num grupo de ativistas; e constituíam canais para repasse de dinheiro governamental para ONGs menores em outros países, tendo capacidade para apagar as linhas divisórias entre negócios, política e atividades beneficentes (Rabinovici, 2008, p. 203).

Na tese apresentada por Dewar (2007) a própria conferência de Estocolmo em 1972 não pode ser plenamente compreendida se não for considerada a triangulação de interesses entre ONGs, governos e grandes empresas, tudo dentro de uma estratégia de poder global que passa a condicionar todos os acontecimentos posteriores derivados da agenda ambientalista.

Para Kolk (1996), em uma linha próxima, o movimento ambientalista surgiu e se articulou internacionalmente a partir de interesses políticos e econômicos, em especial decorrente do problema relacionado à degradação ambiental e a forma como a questão poderia afetar aos interesses das empresas sediadas nos países desenvolvidos; dentre eles, por exemplo, o acesso aos recursos naturais ante o crescimento da indústria nos países subdesenvolvidos. Seguindo a sua linha de argumentação a autora aponta para uma contradição do movimento ambientalista, como as ONGs dependem de doações, e estas em grande parte são captadas nas nações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que há uma intransigência com atividades econômicas em regiões florestais de países subdesenvolvidos, como a Amazônia, por exemplo, há uma certa permissividade com atividades industriais nas nações desenvolvidas, mesmo que apresentem fortes impactos ambientais.

114 O principal foco de análise de Dewar (2007) é a análise da atuação das ONGs canadenses. Mas isso não impede a transposição das suas conclusões para as demais ONGs que atuam na questão ambientalista.

Mas por que isso ocorre? Parte da explicação está justamente no fato das ONGs dependerem de doações captadas nesses países; logo defender uma agenda que implique na mudança de paradigma tecnoeconômico dessas nações, com alteração em seu padrão de consumo e de vida, se tornaria um empecilho. É dessa forma que a agenda ambientalista limita a questão ambiental à preservação das florestas tropicais das nações subdesenvolvidas se evadindo de questões relacionadas a degradação ambiental nos países desenvolvidos. Ou seja, há uma nítida divisão internacional da responsabilidade ambiental, nas nações desenvolvidas mantém-se a degradação ambiental, nas subdesenvolvidas luta-se pela preservação das florestas. E, nesse contexto, parte do sentimento de culpa das sociedades desenvolvidas é amenizada com as doações, muitas delas por empresas com ações antiecológicas, para projetos e ações de preservação executados pelas ONGs nos trópicos úmidos.

Carrasco, Palacius e Lino (2001), que também dialoga com Dewar (2007) e Kolk (1996), promove denúncias sobre a atuação das ONGs no Brasil, em especial de ações contra o desenvolvimento do país e da Amazônia. Segundo os autores, as ONGs respondem a interesses de uma oligarquia econômica anglo-americana neomalthusiana que, por meio de suas atuações em prol da “agenda da sustentabilidade”, expressa em uma “misanthropia ambientalista”, estabelecem empecilhos para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Atuam, assim, de forma coordenada com o objetivo de impedir projetos de infraestrutura e a conseqüente integração logística regional indutora da alavancagem da atividade econômica regional; em função de se apresentar como uma ameaça à hegemonia de setores econômicos dos países desenvolvidos. Ou seja, projetos como a construção de ferrovias, hidrovias, rodovias, portos e eclusas, por diminuir custos de logística e transporte na produção do agronegócio de regiões subdesenvolvidas, tornam-se uma ameaça aos setores oligopolistas hegemônicos e, justamente por isso, são sabotados através do discurso ambientalista. A proteção do meio ambiente não é o fim. Apenas o pretexto¹¹⁵.

Entretanto, os autores alertam que a ação das ONGs não se restringe apenas ao impedimento de projetos de infraestrutura econômica com base no mote ambientalista. Possui um espectro mais amplo, partícipe de uma deliberada “engenharia social”¹¹⁶, envolvendo ações articuladas e interdependentes destinadas à: (i) mudança do paradigma cultural judaico-cristão (mentalidade, valores, crenças, normas sociais); (ii) implantação de uma agenda de direitos humanos e indígenas; (iii) desconstrução das identidades nacionais latino-americanas; (iv) quebra da soberania dos Estados-nação; (v) implantação de uma agenda global; (vi) estabelecimento das bases para um “governo mundial” subordinado aos interesses de oligarquias anglo-americanas¹¹⁷.

115 Carrasco, Palacius e Lino (2001) dedicam capítulos exclusivos para trabalhar a questão da hidrovía Araguaia-Tocantins, a conexão Amazônia-Cerrado e a demarcação de terras indígenas, a exemplo da Reserva Raposa – Serra do Sol.

116 De acordo com Carrasco, Palacius e Lino (2001), com a utilização do medo, raiva ou excitação acidental ou deliberada, o movimento ambientalista se tornou um terreno fértil para a utilização de técnicas de “engenharia social”. Conforme os autores: “A ‘engenharia social’ pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social, para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder político e econômico. Seu princípio básico é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva” (Carrasco; Palacius; Lino, 2001, p. 36).

117 Importante mencionar que, segundo os autores, inserido no debate sobre a Amazônia e a soberania das nações amazônicas também está a questão da atuação de grupos terroristas paramilitares que conjugam influências revolucionárias marxistas com a Teologia da Libertação e o tráfico de drogas como: o Sendero Luminoso (Peru), o Movimento Revolucionário Túpac Amaru – MRTA (Peru) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

Rebello (2024) se diferencia dos três anteriores pelo fato de ter sido o único publicado após as três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) instauradas no Congresso Nacional, em 2001, 2007 e 2019, que investigaram a atuação das ONGs; objeto de análise um pouco mais a frente. A sua inclusão na análise, todavia, justifica-se pela sua relevância, em especial porque no capítulo *O estado paralelo das ONGs* sistematiza críticas sobre a atuação das ONGs na Amazônia que o autor expressou no decorrer de diversos momentos de sua vida pública, inclusive durante a CPI de 2019. Convém acrescentar que o protagonismo público de Aldo Rebello como parlamentar e ministro de Estado nos governos Lula e Dilma Rousseff confere as suas manifestações uma visibilidade diferenciada¹¹⁸. Vamos à síntese de seu posicionamento.

Segundo Rebello (2004), três Estados, um oficial e dois paralelos, disputam na atualidade o poder e a influência sobre a Amazônia: (i) o oficial, englobando o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras; (ii) o crime organizado, em especial o narcotráfico¹¹⁹; (iii) as ONGs, financiadas por recursos internacionais e ancoradas, em parte, no próprio aparato estatal.

Após fazer uma ressalva em relação a ONGs filantrópicas e humanitárias (de natureza assistencialista ou religiosa que atuam na região e atendem a uma população desassistida pelo Estado), o autor centra a sua crítica nas organizações neomalthusianas que atuam com recursos e interesses internacionais e a partir de motivações geopolíticas. Para ele essas ONGs são agrupadas em três grupos: (i) as militantes, barulhentas e propagadoras de notícias falsas, que atuam sob orientação de seus patrocinadores divulgando “ameaças sobre a Amazônia” em troca de recursos¹²⁰; (ii) as que atuam com projetos de natureza “santuarista” de baixo carbono, de baixo consumo, mas perpetuadores da pobreza¹²¹; (iii) as “científicas”, profundamente ligadas à agenda do clima, patrocinadas por corporações internacionais e que cooptam acadêmicos nas universidades brasileiras para os seus projetos de pesquisa. Ainda sobre estas, Rebello (2024, p. 140-141) afirma:

Na sua esfera de preocupação não estão os 30 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia com os piores indicadores sociais, as maiores taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e doenças infecciosas, os piores índices de serviços básicos como água tratada, energia elétrica e saneamento básico. Para as ONGs e seus financiadores esses brasileiros são invisíveis, invisíveis seus dramas e padecimentos. Para as ONGs ou a parcela de lideranças locais por elas cooptadas só as castanheiras e seringueiras são eternas. Os indígenas e ribeirinhos que não aderem ao seu dinheiro e às suas teses são excluídos e discriminados.

118 Aldo Rebello foi ministro da Defesa, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Esporte e de Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por seis legislaturas consecutivas entre 1995 e 2018, tendo exercido a presidência da Câmara dos Deputados entre 2005 e 2007.

119 De acordo com Rebello (2024), em muitas cidades da Amazônia o narcotráfico já é o maior empregador do município, superando, inclusive, os cargos públicos da prefeitura. Facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FN), já exercem grande influência na região.

120 Rebello (2024, p. 140) as qualifica como: “uma espécie de máfia vendedora de proteção”.

121 De acordo com Rebello (2024, p. 140), elas atuam dessa forma “[...] para tranquilidade da população rica, dos países ricos, que seguirá no seu consumo conspícuo sem que qualquer ONG a perturbe ou incomode”.

Em sua avaliação essa situação é agravada pela ausência do Estado, gerando um “protetorado informal” tutelado por ONGs com auxílio do aparato estatal. Conforme Rebelo (2024, p. 141):

A presença rarefeita do Estado reduz a Amazônia à condição de um protetorado informal, tutelado por essas ONGs que usam como linha auxiliar agências e corporações do próprio Estado, a exemplo do Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Povos Indígenas, Ibama, Ministério Público da União, Ministério Público dos estados, Polícia Federal, Força Nacional e, vez por outra, as secretarias de meio ambiente dos próprios estados da Amazônia.

Ou seja, o exercício de tutela das ONGs é exercido com ajuda do próprio aparato estatal, cooptado através de políticas públicas que expressam as diretrizes emanadas por essas organizações. Para isso, contribui decisivamente “o rodízio sinistro da burocracia apátrida” (Rebelo, 2024, p. 141). Ela ora está nas ONGs, ora nos órgãos públicos; mas deve obediência exclusiva aos interesses internacionais.

Convém abrir um parêntese apenas para demonstrar que essa visão dialoga estreitamente com posicionamentos públicos do autor, como o depoimento dado na CPI de 2019 e em uma entrevista concedida para a revista *Veja*. Nela, Rabelo afirma que a atuação do IBAMA no impedimento da prospecção de petróleo no litoral do Amapá, assim como a da FUNAI em favor da criação de terras indígenas em áreas onde estão localizadas as maiores minas de potássio do mundo, decorre diretamente da influência de ONGs (Caldas, 2023)¹²². Portanto, assim como no livro, Rabelo afirma que há um governo paralelo na Amazônia favorecido pela política de renúncia da soberania nacional do governo federal¹²³. E, ao ser questionado a respeito do viés de seu discurso, que aparentemente surpreende o entrevistador ao afirmar que ele é semelhante ao da direita, responde:

Esse discurso sempre foi meu. Fui relator do Código Florestal e sempre vi essa realidade. Não estou disputando bandeira com ninguém. Sou um nacionalista e fui do Partido Comunista do Brasil por quarenta anos. Essas ONGs são nocivas para o desenvolvimento da região. Tudo que temos na tabela periódica está lá na Amazônia. Elas não querem uma China na América do Sul. Não querem uma potência, um país forte e desenvolvido por aqui. Querem impedir o uso de nossos recursos para o nosso próprio desenvolvimento. Essa é a maior demonstração do fracasso das políticas que temos na Amazônia (Caldas, 2023).

Fechando o parêntese e retornando ao livro em tela, Rabelo (2024) utiliza o exemplo do Fundo Amazônia para ilustrar essa capitulação do Estado brasileiro ante a agenda ambientalista mundial. Partindo do lema e dos objetivos do Fundo, criado em 2008, salienta

122 O jornalista mexicano Lorenzo Carrasco em sua oitava na CPI das ONGs de 2019, na mesma linha, apontou o paradoxo da Noruega que ao mesmo tempo em que aumenta a sua produção de petróleo atua criando barreiras para a produção na Amazônia. Outra contradição da Noruega citada nesta audiência, pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), é que ao mesmo tempo em o país investe via Fundo Amazônia para preservar a floresta, tem participação na exploração mineral na região (Caldas, 2023).

123 Rebelo faz duras críticas à atuação do governo Lula, inclusive o acusando de ter entregado para as ONGs o direcionamento das políticas públicas da Amazônia.

que não há uma única menção aos amazônidas e nem a necessidade de se buscar possibilidades de elevação do padrão de vida material e espiritual desses brasileiros¹²⁴. Somado a isso, denuncia que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na condição de gestor do fundo não possui qualquer interferência na seleção dos projetos aprovados. Essa seleção é conduzida por um comitê independente formado por ONGs¹²⁵.

As CPIs das ONGs

As diversas denúncias e a desconfiança sobre o propósito da atuação das ONGs, suas fontes de financiamento e forma como utilizam os recursos, em muitos casos com ausência de transparência e fiscalização, têm fomentado debates no Congresso Nacional brasileiro na aurora deste milênio, inclusive com alguns requerimentos para a instalação de CPI.

A CPI de 2001

Em 1999 e 2005, houve requerimentos na Câmara dos Deputados que não prosperaram, foram arquivados pela Mesa Diretora. Porém em 2001 o Senado Federal instaurou uma CPI, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcante (PFL/RR) e que teve como relatora a Senadora Marluce Pinto (MDB/RR), para apurar denúncias veiculadas pela imprensa sobre a atuação irregular de ONGs envolvendo questões indígenas, ambientais e de segurança nacional¹²⁶. Após dois anos de trabalho, com diversas audiências e oitivas, o relatório final apontou (Brasil, 2002)¹²⁷: (i) dificuldades no acesso a informações sobre as ONGs; (ii) existência de frágeis e insuficientes instrumentos legais e mecanismos administrativos de controle por parte do poder público sobre o uso e a destinação dos recursos repassados (segundo o relatório o marco legal é débil, díspare e confuso); (iii) ausência de mecanismos de concorrência pública transparente (como um edital público) para captação de recursos públicos; (iv) que algumas ações das ONGs trazem consigo o germe das teses de internacionalização da Amazônia; (v) que muitas ONGs são criadas apenas para captar

124 De acordo com Rebelo (2024, p. 142), o lema do Fundo Amazônia é: “O Brasil cuida. O mundo apoia. Todos ganham”. E o resumo dos objetivos é: “O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle e desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais”.

125 De acordo com Rebelo (2024), em março de 2023 o Fundo Amazônia possuía em sua carteira a disponibilidade de R\$ 5,4 bilhões.

126 Partes das denúncias decorreram de uma CPI instaurada na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para apuração de objeto análogo.

127 Dentre os inúmeros depoentes na CPI de 2001 destacam-se, na composição do relatório final, representantes das: ONGs, povos indígenas, indústrias farmacêuticas multinacionais com atuação no Brasil, ministérios (da Agricultura e do Abastecimento, da Justiça), cartórios. Convém destacar também a presença em oitivas do jornalista mexicano Lorenzo Carrasco (autor do livro *Máfia Verde*), dos deputados estaduais por Roraima Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha Freitas Filho (presidente e relator da CPI da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que investigou a atuação de ONGs no estado) e do Deputado Federal Sérgio Carvalho (Relator da CPI que investigou a ocupação de terras públicas na Região Amazônica, da Câmara dos Deputados).

recursos para remunerar o seu corpo diretivo¹²⁸; (vi) que algumas ONGs participam de *lobbies* da indústria farmacêutica e que atuam em prol de interesses de grandes corporações internacionais em troca de financiamento e patrocínio para os seus projetos; (v) que as ONGs se aproveitam da legislação ambiental rigorosa para embargar importantes obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas) ou a exploração de recursos naturais, causando um prejuízo para o desenvolvimento nacional¹²⁹.

Ainda conforme o relatório as ONGs ambientalistas atuam a partir de uma “monovisão”, e em sua sanha para preservar a floresta agem contra os interesses da sociedade. Neste sentido, destaca um paradoxo na medida que muitas delas, assim também como o seu corpo diretivo, são procedentes de sociedades de alta prosperidade e amadurecimento econômico, porém, contraditoriamente, atuam contra o desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas. É nesse momento que o relatório cita dois livros. O primeiro é *Progress and its Enemies* [O Progresso e seus Inimigos] do economista francês Guy Sorman. Com base nele, e em uma resenha publicada no jornal O Estado de São Paulo com o título “Religião da Amazônia”¹³⁰, menciona que a atuação das ONGs a partir de uma “religião ambientalista”, junto com a pressão internacional decorrente, ocasiona uma paralisia no governo brasileiro que deixa de formular políticas públicas claras para a região. Como resultado a sua população permanece na miséria ambiental e social. O segundo é *The Skeptical Environmentalist – Measuring the Real State of the World* [O ambientalista cético – medindo a situação real do mundo] de autoria do cientista político dinamarquês e ex-militante do Greenpeace Bjørn Lomborg. Na mesma linha, estabelece um conflito entre o “arsenal ideológico” das ONGs com as aspirações das populações locais.

A CPI de 2007

Em 2007, foi instaurada uma nova CPI, desta vez presidida pelo Senador Heráclito Fortes (DEM/PI) e relatada pelo Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE)¹³¹, para apurar a utilização e denúncias de desvios de recursos públicos e do exterior pelas ONGs entre os anos de 1999 e 2007. Tendo basicamente este foco, o relatório final destacou (Brasil, 2010)¹³²: (i) que destinação

128 Neste ponto, convém reproduzir o que foi mencionado no relatório final da CPI: “Cabe enfatizar neste ponto que muitas ONGs são, na verdade INGs. Em vez de serem ‘organizações não governamentais’, são, isso sim, ‘indivíduos não governamentais’. São indivíduos que encontraram uma forma criativa de garantir o próprio emprego. Daí a pergunta inevitável: como é possível a alguns indivíduos criarem organizações para receptionar abundantes recursos públicos e, com isso, pagar salários a si e a outrem?” (Brasil, 2002, p. 25-26).

129 A CPI também apurou que, ao lado das ONGs, algumas entidades religiosas estariam infiltrando pessoas nas tribos indígenas para estimular os índios a destruírem torres telefônicas, incendiar casas, invadir fazendas, pilhar gado, bloquear estradas e enfrentar as forças policiais, com objetivo de pressionar pela demarcação de terras indígenas.

130 Não foi possível localizar o documento citado. Por isso, este ponto está baseado exclusivamente no que está transcrito em: Brasil (2002).

131 Inicialmente a presidência da CPI coube ao Senador Raimundo Colombo (DEM/SC) que 05/08/2008 se licenciou para disputar o Governo do Estado de Santa Catarina.

132 Dentre os inúmeros depoentes na CPI de 2007 destacam-se, na composição do relatório final, representantes das: ONGs, Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria Geral da República (PGR), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), universidades (UNB e UNESP) e suas fundações, IBAMA e ministérios – Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ciência e Tecnologia (MCT) e Educação (MEC).

de recursos públicos para algumas ONGs decorria muito mais da influência política do que de enquadramento em critérios objetivos de seleção; (ii) a inexistência de uma lei nacional impondo o chamamento público obrigatório; (iii) a fragilidade no controle sobre a liberação de recursos, com ONGs inadimplentes em prestações de recursos continuando a receber novos repasses via novos convênios; (iv) que em alguns casos houve claro desvio de finalidade do objeto do contrato.

O relatório quase não cita, até mesmo porque esse não era o foco, a questão da atuação das ONGs na Amazônia. Contudo, no corpo do relatório, para exemplificar a ausência de mecanismos de controle, é mencionado o caso de convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a ONG Amanaka's Amazzon Network; objeto inclusive de apuração pelo Ministério Público Federal e de abertura de Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Chama atenção, de acordo com o que está no documento, que essa ONG, sediada em Nova York, teve problemas na prestação de contas de um convênio firmado com o Ibama/MMA no montante de R\$ 600 mil, que tinha por objeto a realização da Semana da Amazônia em Nova York. De acordo com o Acórdão do TCU de nº 2167/2007 – que inclusive destacou a ausência da possibilidade de avaliação dos reais benefícios para o país e para a Amazônia pela realização do evento –, há irregularidades no uso de recursos públicos e ausência de elementos subsistentes quanto à execução do objeto conveniado que justificasse o parecer técnico favorável à celebração do convênio pelo Ibama.

Como produto da CPI, resgatando inclusive pontos que foram abordados e recomendados no relatório final da CPI anterior, foi apresentado um Projeto de Lei que após tramitação e aprovação se transformou na Lei 13.019/2014, conhecida popularmente como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Esta lei estabeleceu um novo ambiente legal para o estabelecimento de parcerias e transferência de recursos por parte do poder público para ONGs.

A CPI de 2019

Em 2019, uma nova CPI foi instaurada no Senado, presidida e relatada respectivamente pelos senadores Plínio Valério (PSDB/AM) e Marcio Bittar (União/AC). Convém destacar que essa comissão, apesar de manter um objeto próximo das anteriores – “investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior” –, produziu um relatório final com maior densidade no que concerne a atuação das ONGs na Amazônia (Brasil, 2023)¹³³. Com o propósito de atingir o objetivo colimado, buscar-se-á, a seguir, sintetizar os seus principais pontos.

Ao focar na investigação da atuação das ONGs na Amazônia, confrontando com a questão da sustentabilidade, preservação da floresta e soberania nacional, o relatório apresenta uma

¹³³ Dentre os inúmeros depoentes na CPI de 2019 destacam-se, na composição do relatório final: Aldo Rebelo (ex-Ministro da Defesa e ex-Presidente da Câmara dos Deputados), Ricardo Salles (Deputado Federal e ex-Ministro do Meio Ambiente), o jornalista mexicano Lorenzo Carrasco (autor do livro *Máfia Verde*), Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e da Mudança do Clima), a indígena e Deputada Federal Sílvia Waiãpi (PL/AP), além de diversos representantes de povos indígenas, extrativistas, academia, ONGs e órgãos públicos federais como Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, FUNAI, IBGE e BNDES.

perspectiva mais ampla que as anteriores, em especial por inserir o debate dentro de uma “dinâmica neocolonial”, descrita como uma nova forma de dominação adotada pelos países desenvolvidos sobre sociedades subdesenvolvidas e promovida “[...] através de meios legais, pelas chamadas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que se instalam junto ao Estado para lhe oferecer o desempenho de funções sociais que cabem a ele, Estado, realizar (Brasil, 2023, p. 50).” É nesse contexto que ocorre a difusão de ideias conservacionistas, radicais e estranhas ao contexto local amazônico, tendo a participação de forma simbiótica: (i) do meio acadêmico, artistas e políticos, capturados ideologicamente; (ii) do aparato legal, através de uma legislação ambiental “rigorosíssima”; (iii) do Estado, via promoção de políticas públicas derivadas, e influenciadas por ONGs e sua agenda ambientalista.

Nesse processo, um importante marco temporal e institucional destacado é a Constituição de 1988, apresentada como um momento crítico de reestruturação do país que introduziu no contexto legal nacional uma visão ambientalista imposta por interesses de segmentos políticos e econômicos dos países desenvolvidos. Esses interesses obstaculizam qualquer possibilidade de emancipação e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como de crescimento e desenvolvimento da Amazônia e do Brasil¹³⁴.

Como consequência dessa dinâmica neocolonial o Brasil já teria perdido a soberania sobre a região.

A verdade é que o Brasil não tem mais soberania sobre 60% do seu território. Os brasileiros não mais governam, diretamente ou por meio dos representantes eleitos, a Amazônia Legal. De fato, os destinos dessa imensa e riquíssima região, e das pessoas que ali vivem, são traçados por organizações não-governamentais, muitas delas financiadas por entes estrangeiros públicos e privados. Essa é a realidade identificada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (Brasil, 2023, p. 6).

Contudo, a principal consequência desta perda de soberania é que os amazônidas de uma forma geral, e os povos tradicionais de forma mais direta (indígenas, extrativistas, quilombolas, caboclos), são condenados a viverem privados da possibilidade de rompimento com a sua situação de exclusão e vulnerabilidade social. Este imobilismo social, patrocinado por interesses “academicistas”, geopolíticos e econômicos, condena os povos da Amazônia a viverem numa espécie de “zoológico humano”¹³⁵.

134 Conforme Brasil (2023, p. 65): “O neocolonialismo globalista atingiria o Brasil exatamente no momento de reestruturação de suas instituições, no novo modelo de Estado que se fundaria com a Constituição de 1988. Corações e mentes foram conquistadas, particularmente entre a elite política, econômica e intelectual brasileira. E, como parte dessa mudança de paradigma, fundamentada na Carta de 1988, foi estabelecida uma legislação ambiental rigorosíssima, que limitava quaisquer perspectivas de desenvolvimento de regiões como a Amazônia. Toda uma geração de juristas, administradores, cientistas e outros profissionais foi “recrutada” em apoio a essa causa”.

135 “O que se tem, na verdade, são profundos interesses econômicos em jogo. Afinal, os riscos de se ter uma Amazônia desenvolvida e próspera, de que os ‘selvagens’ sejam ‘civilizados’, são significativos para muita gente nos países desenvolvidos (esses mesmos que já destruíram seus recursos naturais). Não é exagero afirmar que há aqueles que querem ver a Amazônia e o Brasil como ‘reservas estratégicas’ (de recursos naturais, por exemplo) para um governo mundial” (Brasil, 2023, p.8).

Com base no mito do “bom selvagem”, os povos da Amazônia são coagidos a viver no atraso e no subdesenvolvimento, como se estivessem em um grande zoológico humano para agradar aos olhos de estrangeiros que acham exótico o modo de vida dos amazônidas (Brasil, 2023, p. 8).

Ou seja, apesar do volume significativo de recursos captados, de origem privada e pública (em especial do Fundo Amazônia), a população da região não logra benefícios. Isso está expresso no depoimento de Aldo Rebelo à CPI em 11 de julho 2023:

A agenda para a destinação do fundo é só essa agenda global do meio ambiente, mas a Amazônia, senhoras e senhores, é a região onde há os piores indicadores sociais do Brasil! Os maiores índices de mortalidade infantil! As maiores taxas de analfabetismo, de doenças infecciosas! O menor índice de fornecimento de serviços essenciais, como água tratada, luz elétrica, saneamento básico. Você anda nas ruas das cidades da Amazônia e não há saneamento! Há um centavo sequer destinado para essa finalidade, para dar saneamento básico? Não há um centavo. Para a saúde? Não há um centavo. Para desenvolver, para elevar o padrão de vida dessas pessoas? Não! Não! É exclusivamente para essa agenda de interesses internacionais (Brasil, 2023, p. 117).

O relatório avança assinalando que há o estabelecimento por parte das ONGs de um processo de “dominação” sobre as comunidades indígenas e tradicionais, deslegitimando e neutralizando os membros que apresentam posturas críticas ou ideias divergentes e legitimando os que lhes demonstram simpatia. Inclusive, destaca que como estratégia para conquistar e manter simpatizantes é feita a destinação de benefícios: transferências de recursos financeiros, doações de presentes, premiações, viagens e outras benesses¹³⁶.

Conforme transcrito no relatório, em algumas audiências representantes de povos indígenas expressaram um posicionamento crítico e insatisfatório quanto a interferência das ONGs em assuntos de suas comunidades, como, por exemplo, a determinação do que pode ou não ser feito. Alguns afirmaram que parte dos indígenas são manipulados, e a sua pobreza é apenas uma “matéria-prima” para as ONGs¹³⁷. O resultado é a perpetuação da condição de dependência dessas comunidades e a migração de alguns membros para as cidades a procura de educação, saúde e melhores condições de vida. Sobre isso, é simbólico o depoimento do indígena Valdeci Baniwa, estudante de geologia e membro da comunidade Baniwa Castelo Branco em São Gabriel da Cachoeira, que foi chamado para ser ouvido após enviar uma carta ao Senado com críticas à atuação da CPI. Após expressar a sua insatisfação com a atuação das ONGs, que segundo ele adentram em sua comunidade para impor regras de procedimento, Baniwa afirmou:

136 O relatório destaca que esses benefícios são irrisórios frente ao volume de recursos captados pelas ONGs e gastos na forma de “despesas administrativas”, “ajuda de custo” e “consultoria”.

137 Este sentimento está expresso, por exemplo, no depoimento uma liderança ianomâmi: “Alberto Brazão Góes, liderança indígena da etnia Ianomâmi, defendeu que os indígenas não precisam de ONGs para lhes dizerem como eles devem viver ou como eles devem cuidar da floresta amazônica. Também mencionou a atuação das ONGs é inefetiva e não gera benefícios para as comunidades. Contou que, no centro do território Ianomâmi, há diversos missionários estrangeiros. Disse que, em sua visão, boa parte dos indígenas são usados e manipulados pelas ONGs. Finalizou dizendo que quanto mais miseráveis forem os Ianomâmi, mais servirão de “matéria-prima” para as ONGs (Brasil, 2023, p. 18).

[...] que o dinheiro do Fundo Amazônia não reverte em benefício dos povos indígenas. Questionou quem está sendo beneficiado por esse dinheiro, já que nas comunidades esse dinheiro não chega: não há benefício algum, não há infraestrutura, não há transporte, não há educação, não há geração de renda. Os indígenas vivem basicamente da atuação na roça, em situação precária, e do bolsa-família. Afirmou que os indígenas do Alto Rio Negro têm muita dificuldade para sustentar sua família. Disse que os indígenas vão para a roça com fome, vão pescar com fome.

Questionado pelo Senador Styvenson Valentim, mencionou que as ONGs recebem as propostas da comunidade para o seu desenvolvimento, mas não as levam adiante. Segundo ele, as ONGs estão mais preocupadas com a floresta, não com a situação que os povos indígenas estão passando. Ele pediu que a CPI garanta aos indígenas o direito de produzir dentro da sua terra. E de decidirem os rumos da sua própria cultura (Brasil, 2023, p. 18)¹³⁸.

De acordo com o relatório, muitos membros de ONGs, expressando um viés estritamente preservacionista, defendem que as populações indígenas devem ser confinadas em “estágios pré-colombianos de desenvolvimento”¹³⁹. Para isso, torna-se necessário impedir qualquer alteração em sua dinâmica cultural, social ou econômica, bem como a construção de obras de infraestrutura na região (estradas, linhas de energia e hidrelétricas)¹⁴⁰. Como resultado, a população amazônica é mantida numa condição de pobreza e exclusão social; utilizada como pretexto para impedir a introdução de atividades econômicas e o desenvolvimento regional.

Mas o que permite a manutenção desse estado de coisas? De acordo com o relatório, isso acontece em decorrência: (i) do vazio de poder deixado pelo Estado na região; (ii) da existência, como consequência disso, de um Estado paralelo consubstanciado pela atuação das ONGs, inclusive com auxílio formal de algumas estruturas do Estado¹⁴¹; (iii) do sequestro da agenda pública pela diretriz preservacionista monocular¹⁴². Ou seja, é importante

138 Este sentimento, conforme outros depoimentos, é compartilhado por lideranças de outras etnias.

139 Consta no relatório relatos de que algumas ONGs impedem que a população tradicional local implemente o uso de tecnologias para as lavouras, impondo que elas limitem as suas atividades ao artesanato e ao extrativismo. Ademais, destaca que, apesar das riquezas naturais existentes, a população da Amazônia “(sobre)vive” como a mais pobre do Brasil, com a maioria dos seus estados apresentando uma taxa de pobreza para o ano de 2022 acima da brasileira (33%): Maranhão (58,9%), Amazonas (56,7%), Acre (52,9%), Amapá (49,4%), Pará (49,1%), Roraima (46,8%) e Tocantins (35,8%). Estas informações foram retiradas da apresentação “Pobreza e miséria nos estados brasileiros 2022” do Instituto Jones dos Santos Neves do Governo do Estado do Espírito Santo, disponível no sítio: www.ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN_Especial_Pobreza_Estados_Brasileiros_2022.pdf

140 Um ponto apresentado como sugestão no final do relatório é a necessidade de se revisar a regulamentação do licenciamento ambiental, de modo que a perspectiva ambiental não permaneça como a única considerada. Deve-se incorporar na análise os impactos sociais e econômicos das obras de infraestrutura. Ou seja, é necessário contrapor os eventuais impactos negativos ao meio-ambiente com os ganhos sociais e econômicos para a comunidade diretamente atingida e a sociedade em geral.

141 O relatório vai um pouco além, mencionando a preocupação da associação das ONGs com organizações criminosas, cada vez mais presentes e influentes na região. Porém, isso foge ao objeto da análise aqui proposta.

142 Apesar de não haver nenhuma menção, a utilização do termo “monocular” lembra o debate levantado pelo relatório da CPI de 2001.

repisar que de acordo com o relatório há um vazio de poder na Amazônia na medida em que o Estado brasileiro não se faz presente de forma adequada, promovendo, via políticas públicas, inclusão social e cidadania. Esse espaço é ocupado pela atuação das ONGs (muitas a serviço de interesses e governos estrangeiros), que formam – conforme alguns depoimentos, associadas com algumas estruturas do Estado (Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio e Funai, por exemplo)¹⁴³ – um Estado paralelo.

Há, assim, uma estrutura de governança paralela induzida pelo viés ideológico e por relações “promíscuas” entre ONGs e estruturas de Estado, alguns servidores e autoridades públicas¹⁴⁴. É nesse momento que o relatório introduz o termo “porta giratória” com o objetivo de ilustrar essa simbiose entre membros das ONGs e integrantes de órgãos públicos, alimentada por uma transmigração contínua que promove conflitos de interesse entre a agenda pública (de interesse nacional e da sociedade) e interesses privados ou estrangeiros¹⁴⁵. Dentro desse conflito de interesses a agenda pública é dominada pela diretriz preservacionista monocular, centrada unicamente na defesa da floresta¹⁴⁶, que busca inviabilizar toda e qualquer atividade econômica ou processo que leve ao desenvolvimento às comunidades indígenas e tradicionais (sobre isso, diversos exemplos são citados ao longo do documento)¹⁴⁷.

Em que pese não se deter nisso, o relatório menciona que as próprias universidades brasileiras contribuem para este estado de coisas na medida em que apresentam uma “extensa interface” com a agenda ambientalista propagada pelas ONGs. Sobre isso, menciona criticamente que as universidades “[...] deveriam, em tese, ser a principal fonte

143 Conforme Brasil (2023, p. 214-215): “[...] não se pode mais admitir que a atuação abusiva do Ministério Público e de ONGs no bloqueio do desenvolvimento das regiões amazônicas. Decisões monocráticas concedidas liminarmente por milhares de juizes pelo País paralisam indefinidamente obras públicas relevantes ao desenvolvimento nacional, regional e local, sem qualquer consideração sobre seus impactos econômicos e sociais, sobretudo nos locais mais distantes do eixo econômico central do País”.

144 Conforme Brasil (2023, p. 45): “[...] as ideias ambientalistas e indigenistas são produzidas no exterior e aqui se infiltram pela via do ensino superior e do direito internacional. Em seguida, se instalam nas escolas básicas e secundárias em propaganda comercial e institucional. Formam-se seus “soldados”: ativistas, empresários, membros do poder Judiciário, servidores do poder Executivo, professores universitários e, nos dias de hoje, ‘influencers’.”

145 O relatório identificou um movimento contínuo de migração entre membros de ONGs e órgãos públicos ligados à área ambiental; inclusive com a influência das ONGs na nomeação do corpo diretivo de tais órgãos. Conforme Brasil (2023, p. 215-216) “[...] como constatou esta CPI, existe uma verdadeira ‘porta giratória’ entre pessoas ligadas a ONGs e integrantes dos governos federal e estaduais. Quando tais pessoas perdem seus cargos no governo, são alocadas em ONGs e vice-versa. Quando estão no governo, elas angariam recursos que serão destinados às ONGs para as quais, posteriormente, atuarão”.

146 O Cacique Graciano Aedzane Pronhopa, da etnia xavante, por exemplo, se queixou em audiência que a FUNAI não consulta os povos indígenas para definir as suas ações, mas segue diretrizes repassadas pelas ONGs.

147 Como exemplo, conforme Brasil (2023, p. 203-204): “Esses dados demonstram que o alinhamento praticamente completo do Ministério Público às ONGs representa a doutrinação que tem prevalecido nas faculdades de direito pelo País afora. A suposta proteção ao meio ambiente é brandida como um argumento ‘coringa’, insuperável, para barrar qualquer tentativa de melhoria de vida, e até de sobrevivência, de comunidades amazônicas. E também serve de escudo de suposta reputação ilibada para as ONGs, que, apesar de receberem montanhas de dinheiro público, raramente têm suas atividades escrutinadas”. Ademais, ONGs ambientalistas e indigenistas acabam se valendo da estrutura do Estado, como Poder Judiciário e Ministério Público, a partir de uma legislação induzida, para promover a “desintrusão” de cidadãos amazônidas de suas terras. Esses cidadãos sofrem, assim, uma violência por parte do Estado, sendo que muitos deles foram trazidos para essa região e ocuparam estas terras a partir da indução de políticas públicas.

de ideias que enfrentassem os problemas nacionais, mas que se comportam antes como difusoras das ideias das sociedades do Atlântico Norte” (Brasil, 2023, p. 58).

O documento, suplementarmente, expõe contradições que levantam suspeitas sobre os reais propósitos das ONGs. Um exemplo é o silêncio delas sobre a emissão de CO₂ pelos países desenvolvidos, ao lado da tenacidade com que colocam a Amazônia na arena como a principal causadora do efeito estufa em decorrência do desmatamento e do agronegócio. Conforme o relatório, o Brasil como um todo responde por apenas 2,9% da emissão de gases do efeito estufa, uma parcela pequena se comparada a: China (30%), EUA (18%), União Europeia (17%), Índia (7%) e Rússia (5%)¹⁴⁸. Outro exemplo é o caso de uma ONG que não disponibiliza informações sobre os seus financiadores, e nem demonstrações financeiras ou relatórios de atividades, porém possui uma atuação incisiva contra a exploração de petróleo e gás na foz do Rio Amazonas, promovendo, inclusive, expressa gestão sobre órgãos públicos. De acordo com o relatório essa ONG pratica “uma clara estratégia de litigância massiva”, ilustrada pela menção a mais de 20 processos judiciais que objetivam impedir a consecução de investimentos em projetos de energia e infraestrutura¹⁴⁹.

Tentando desvelar os reais interesses das ONGs que atuam na Amazônia o relatório avança em questões relacionadas ao financiamento e aos resultados sobre a melhoria da qualidade de vida dos amazônidas pelas ações e projetos desenvolvidos. Sobre isso destaca que: (i) o volume de recursos captados é significativo, sendo estimados bilhões de dólares anuais, ainda que em montante incerto dada a falta de transparência (inclusive sobre quem e quanto financia); (ii) a falta de transparência também ocorre nos gastos dos recursos, não havendo fiscalização ou prestação de contas adequada¹⁵⁰; (iii) o maior volume dos recursos captados é de origem estrangeira (doações privadas e instituições governamentais), fazendo com que as ONGs atuem em favor dos interesses de seus financiadores (quem financia determina a linha de atuação!); (iv) a maior parte dos recursos arrecadados não chega efetivamente às comunidades que deveriam ser beneficiadas pelos projetos (atividades finalísticas), gerando resultados “pífios”¹⁵¹. É consumida com o pagamento de

148 Conforme manifestação do Senador Plínio Valério (PSDB/AM) na Sessão do dia 03/10/2023: “os civilizados terceirizam o remorso e suas culpas para nós” (Brasil, 2023, p.10).

149 Conforme Brasil (2023, p. 214): “Existe uma complexa rede de interesses, especialmente estrangeiros – mas também nacionais –, concretizados pela atuação de ONGs, auxiliadas por membros do Ministério Público, que impõe obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento nacional e à vida das populações indígenas e outras comunidades da região amazônica”.

150 O relatório inclusive utiliza o termo “caixa de pandora” para se referir à ausência de informações e transparências dos recursos captados e dos gastos das ONGs.

151 Conforme Brasil (2023, p. 214-215): “De forma resumida, essa atuação ocorre da seguinte forma. Países estrangeiros – dentre os quais grandes emissores de CO₂ – financiam ONGs no Brasil, diretamente ou por meio das suas próprias ONGs, para difundir e implementar uma visão ‘santuarista’, uma concepção de intocabilidade da Amazônia. Esses financiamentos ocorrem por meio de envio de dinheiro para ‘projetos’ apresentados pelas ONGs – diretamente ou através do Fundo Amazônia. Recebidas as vultosas quantias de recursos, as ONGs não aplicam os valores em real benefício das populações indígenas e amazônidas; pelo contrário, gastam o dinheiro em altos salários a seus próprios diretores, no pagamento de ‘consultorias’ a parceiros ou na realização de ‘estudos’ sem qualquer serventia prática”.

dirigentes, equipe técnica, consultorias, diárias, despesas administrativas ou repassadas (diluídas) para outras organizações parceiras¹⁵².

Com base na constatação de que o volume de recursos destinados à atuação das ONGs na Amazônia é significativo, porém com pouca transparência, o relatório infere que há interesses velados de trás desses financiamentos; e, por isso, alerta para o risco real à soberania nacional materializado no acesso às singularidades e riquezas da região.

Ademais, em um território de relevância estratégica para o Brasil, que abriga grande biodiversidade, imensos recursos naturais e um ecossistema único, preocupa o acesso de organizações não-governamentais a dados e informações sobre pessoas, a províncias minerais inexploradas e a um riquíssimo patrimônio genético e conhecimento tradicional associados (Brasil, 2023, p. 116)¹⁵³.

O número de ONGs atuando na Amazônia também foi objeto de tentativa de apuração. Sobre isso destaca que a presença das ONGs na Amazônia se intensificou a partir dos anos de 1990, saltando de algumas poucas entidades no início daquela década para dezenas de milhares atualmente. No entanto, da mesma forma como assinalado no relatório da comissão de 2001 (e quase duas décadas depois), a ausência de informações e dados por parte do governo brasileiro sobre a atuação das ONGs na região persiste. O único dado relatado foi fornecido pelo General Maynard Marques Santa Rosa, na ocasião Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 09/05/2007¹⁵⁴.

Segundo o General, no ano de 2002 a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) tinha em seu cadastro cerca de 276 mil ONGs, sem, contudo, informar quantas atuavam na Amazônia. A partir de informações coletadas pelos sistemas de inteligências das forças de segurança, o General estimou naquela altura em cerca de 100 mil ONGs operando na Amazônia, muitas delas atuando a partir de interesses ocultos, inclusive envolvendo o tráfico (drogas, armas e pessoas), a lavagem de dinheiro e até mesmo a espionagem¹⁵⁵.

152 Dados apresentados no relatório indicam que alguns funcionários de ONGs recebem proventos anuais superiores a casa do milhão de reais. Uma remuneração bastante superior à média do setor público ou iniciativa privada em atividades análogas. Ainda segundo depoimentos no relatório, alguns pesquisadores e consultores recebem remuneração superior a R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil mensal em projetos financiados pelo Fundo Amazônia.

153 Dentre as riquezas minerais existentes na Amazônia o relatório menciona: ferro, manganês, cobre, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, nióbio, fosfato, ouro, prata, platina e paládio.

154 Esta informação serviu como justificativa para a instauração da CPI. Além de constar no relatório (Brasil, 2023), também está disponível em: Araújo Jr. (2007).

155 A preocupação com a possibilidade de associação das ONGs com o crime organizado é um dos pontos críticos assinalados pelo relatório.

Em síntese, para o relatório a atuação das ONGs se constitui num risco para a soberania nacional, não apenas por sua atuação direta junto aos povos indígenas e as comunidades tradicionais, moldando crenças, ideias e valores (alicerces do pensamento), mas, também, na construção de uma ordem jurídica que impede o desenvolvimento da Amazônia (e dos amazônidas) e pela influência na definição de agenda e formulação de políticas pública; tornando a região uma grande reserva estratégica para a nações desenvolvidas. Ou seja, o ambientalismo (ao lado do indigenismo) se configura como um perigoso instrumento de manipulação e de implantação de uma agenda neocolonial¹⁵⁶. É nesse sentido que a realização da COP 30 em Belém no ano de 2025 é citada como um evento no qual múltiplos interesses estarão na arena¹⁵⁷.

CONCLUSÃO

Este paper se propõe a instrumentalizar o debate sobre a sustentabilidade, o desenvolvimento da Amazônia e a questão da soberania nacional, em especial enquanto insumo para as discussões e deliberações que ocorrerão na COP 30 no final de 2025 em Belém do Pará. A realização do evento, em uma das mais importantes cidades da Amazônia, é revestida não apenas de um forte simbolismo, mas demonstra que a região está no centro dos interesses internacionais e do debate contemporâneo sobre mudanças climáticas e aquecimento global.

Alguns alertas são importantes, em especial para que a sociedade amazônica não participe do evento apenas como espectadora privilegiada, mas exerça protagonismo na construção de uma trajetória que também lhe interesse. Não é possível a manutenção da recorrência de um padrão histórico no qual ações para (ou sobre) a região são deliberadas sem a inclusão dos amazônidas como destinatários prioritários.

Reconhece-se que ajustes na trajetória são necessários. E, a nova trajetória a ser requerida deve buscar a superação da condição de subdesenvolvimento regional, rompendo com o paradoxo crescimento econômico de um lado e pobreza, desigualdade e desmatamento de outro. Da mesma forma, caminhos que levem a armadilha do “subdesenvolvimento sustentável” também devem ser combatidos. Os amazônidas devem estar, assim, no centro da discussão, como, deve-se insistir, destinatários prioritários. Os quase 30 milhões

156 Conforme Brasil (2023, p. 71): “Em síntese, se a competição e o conflito se davam, até o século XX, por território e por alternativas de exploração e comércio, utilizando-se de companhias estatais ou privadas, ou mesmo da força armada, desde a década de 1970 uma nova forma de atuação marca as pretensões internacionais sobre a Amazônia: a construção de narrativas ambientalistas e indigenistas, e o uso de ONGs como instrumento de política externa das grandes potências para a região. Isso ficou muito evidente como resultado dos trabalhos desta CPI”.

157 Sobre isso, convém transcrever um trecho do depoimento de Aldo Rabelo para a CPI, em 11/07/2023: “Claro que há um problema do meio ambiente no mundo e no Brasil também, mas não é pelo meio ambiente que a Amazônia está em evidência, que a Amazônia está no centro da polêmica, do debate. Não é pelo meio ambiente que eles estão trazendo essa conferência do clima lá para Belém. Não é, como diria o grande Padre Antônio Vieira, não é pelo nosso bem, é pelos nossos bens. É uma distinção singular, mas muito importante. Há que diferenciar aqueles que estão aqui em busca do nosso bem, que são sempre bem-vindos, acolhidos, daqueles que estão aqui em busca dos nossos bens. E a Amazônia é essa região governada, observada, olhada por centenas de ONGs poderosíssimas, com muitos recursos, conscientes da sua tarefa, da sua missão” (Brasil, 2023, p. 67-68).

de habitantes da região precisam de dignidade, inclusão social e cidadania. Não são uma variável residual em modelos, propostas ou debates. Toda discussão precisa começar e terminar por eles, com desafios a serem superados e propostas concretas para a melhoria da sua qualidade de vida.

Deve-se ter em mente que este debate não é simples e nem fácil. Em especial porque todo território é um espaço de antagonismos. Há interesses e projetos divergentes; alguns claros, outros nem tanto. Toda análise sobre a Amazônia deve considerar isso, em especial por se tratar de uma região com recursos naturais importantes e cobiçados: sóciobiodiversidade, água, terra e minérios. Recursos que são disputados desde o processo da ocupação colonial, ocasionando episódios retratados pela história, a exemplo: da disputa brasileira com a França nos séculos XVIII e XIX pela Guiana Brasileira, gerando episódios como a criação da República Independente da Guiana (República de Cunani); da proposta estadunidense de criação da República Amazônica; do conflito de interesses na região do Acre que levou a declaração de independência da região; da Expedição Alemã Amazonas – Jari e os interesses alemães pela região; da iniciativa de criação do IIHA; e, do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos.

Quando olhamos para a história a partir dessa perspectiva, percebemos que sempre houve interesses internacionais pela região. Coube a Portugal conquistar o seu quinhão colonial: o Estado do Grão-Pará; que depois foi anexado ao Brasil imperial independente. Desde então, a região permanece como um espaço reflexo dos interesses das elites políticas e econômicas do centro-sul país, e de interesses internacionais mais amplos. É com isso em mente que qualquer proposta sobre (ou para) a região precisa ser analisada. Não resta dúvidas de que a questão da soberania brasileira sobre a Amazônia não é apenas uma teoria da conspiração. Está expressa em diversas declarações públicas recentes, algumas anunciadas no texto. Destarte, a relativização da soberania nacional sobre a região é um tema que precisa ser mais bem analisado e estudado. E no decorrer da COP 30, proposições, que possam fragilizá-la, podem ocorrer, como as iniciativas encabeçadas por ONGs de criação do Corredor Triplo A ou o projeto do Escudo das Guianas.

Sem incorrer no erro do reducionismo ou na armadilha da generalização, a atuação das ONGs na Amazônia precisa, da mesma forma, ser mais bem analisada e estudada, ou seja, incorporada como elemento conexo. Certamente muito do protagonismo nos debates e propostas durante a COP 30 decorrerão das ONGs. Algumas perguntas devem pautar a discussão, em especial as que procuram entender a origem, a motivação, a finalidade, as fontes de financiamentos e os interesses velados delas. Não se trata de demonizar as ONGs, até mesmo porque no meio de milhares que atuam na região existem trabalhos sérios, que devem ser reconhecidos, apoiados e replicados. Mas nem todas podem receber a credencial de isenta ou naturalmente altruísta. Em especial as que são financiadas por interesses externos nada transparentes.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável da Amazônia o primeiro ponto que vem à mente é a questão da conservação florestal, e o desmatamento da floresta é um desafio a ser enfrentado. Mas esse desafio precisa considerar, convém insistir, a questão social regional, a vulnerabilidade de sua população. Enquanto a tora de madeira deitada for mais valorada do que do que a árvore, o processo de desmatamento tende a prosseguir. O combate ao desmatamento envolve múltiplos fatores que estão além do propósito desse texto. E não se reduz apenas a elementos legais ou regulatórios, ou ao aumento do poder de fiscalização do Estado. Tem necessariamente em sua base o tripé regularização

fundiária, ordenamento territorial e governança (e gestão) ambiental, mas vai além disso. Envolve mecanismos de inclusão social, cidadania e a geração de um novo modelo de desenvolvimento com criatividade, inovação e tecnologia, e verticalização da produção regional com geração de emprego e transbordamento da renda. Um modelo que supere a condição de almoxarifado do desenvolvimento alheio e ao mesmo tempo não caia na armadilha da propositura do santuário intocável.

É nesse momento que a COP 30 pode ser vista ao mesmo tempo como um desafio, uma arena de enfrentamento e uma janela de oportunidade. Um desafio, pois, a Amazônia não pode assumir exclusivamente o ônus e a culpa pelos acontecimentos climáticos globais. Ela não é a Geni da Gaia. Uma arena de enfrentamento na medida em que muitos dos projetos que serão apresentados desconsiderarão as reais necessidades dos amazônidas. E uma janela de oportunidade para compartilhar globalmente, em especial com os países mais desenvolvidos e poluidores, o ônus de conservação da floresta. Mas não apenas isso, será a oportunidade de se firmar um “pacto pela Amazônia”, de caráter multidimensional e que englobe outros pactos constitutivos: (i) um pacto de sociedade, envolvendo a sociedade civil, as instituições de ensino e pesquisa, o setor produtivo, as organizações do terceiro setor e o Estado; (ii) um novo pacto federativo, envolvendo as múltiplas escalas (União, estados e municípios); (iii) um pacto global, envolvendo países amazônicos, demais países (em especial os desenvolvidos e poluidores) e as agências multilaterais; e, (iv) um pacto geracional, entre a geração presente com as futuras gerações.

Porém, na base disso é necessário o delineamento de um projeto de sociedade sustentável para a Amazônia, que pode ser também chamado de uma “utopia de desenvolvimento regional”. Um projeto inédito sem similaridade noutro local, que enseje o desenvolvimento de uma civilização florestal tropical única, singular. Porém, esse projeto, que precisa ser construído por múltiplos atores, mas que tenha nos amazônidas a sua origem e a sua finalidade, deve estabelecer uma visão de futuro que hierarquize prioridades. Nelas, devem ser incorporadas uma mudança no arranjo federativo brasileiro, o fortalecimento dos instrumentos de governança regional e a participação ativa das instituições de ensino e pesquisa. Sobre estas, em especial as universidades da região, o seu papel deve ser o de gerar conhecimento, mas, sobretudo, construir efetivas pontes para a transferência do conhecimento gerado para a sociedade, induzindo o processo de geração de uma nova economia e de conformação de mudanças na ordem social regional; rumo a uma sociedade aberta e, por isso, inclusiva e com prevalência das liberdades instrumentais. Nesse processo a universidade deve, a partir de uma cinesia interna, mas com a participação ativa da sociedade regional, num movimento sinérgico e interdependente, ressignificar o seu propósito e a sua atuação. Não pode permanecer como um enclave. Precisa se materializar como um organismo sistêmico e verdadeiramente integrado na sociedade. Deve, como já dizia Armando Dias Mendes no clássico *A Invenção da Amazônia* (1974), resolver o “Enigma Amazônico”. Contudo, para isso, necessariamente precisa se converter ao seu entorno.

Finalmente, está a se chamar a atenção de que apesar das inúmeras potencialidades regionais apontadas, o principal ativo do processo é o capital humano regional, os amazônidas. Assim, a mudança de trajetória requerida tem em sua base uma revolução pela educação e pelo conhecimento. Que gere novos mapas mentais e a partir deles um novo *modus operandi*. E que se expresse em novas instituições inclusivas.

Somente com coragem e ousadia os amazônidas poderão aproveitar a COP 30 como um espaço para a construção de uma nova história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *O Equilíbrio do Poder: estados, sociedades e o futuro da liberdade*. Lisboa: Temas e Debates, 2020.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ANDRADE, A. M. *Controvérsias científicas acerca do aquecimento global no século XX: uma abordagem histórica de apoio para a formação de professores*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

ARAGON, L. E. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. *Paper do NAEA*, v. 28, n. 1 (401), 2019.

ARAÚJO JR., N. General ressalta interesses ocultos de ONGs na Amazônia. *Agência Câmara de Notícias*, 9 maio 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/99225-general-ressalta-interesses-ocultos-de-ongs-naamazonia/>. Acesso em: 31 maio 2024.

ARTAXO, P. et al. Perspectivas de pesquisas na relação entre clima e o funcionamento da floresta Amazônica. *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 3, p. 41-46, 2014. Disponível em: http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000300014. Acesso em: 20 jun 2024.

BARRIONUEVO, A. Whose Rain Forest Is This, Anyway? *The New York Times*, 18 may 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/05/18/weekinreview/18barrionuevo.html?ref=todayspaper>. Acesso em: 05 maio 2024.

BEIRA DO RIO: jornal mensal da Universidade Federal do Pará. Belém, n. 30, fev. 1992. Edição especial. Disponível em: https://www.numa.ufpa.br/ARQUIVOS/historia/1992fev_BeiraDoRio_30_NUMA.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI “das ONGs”*. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005. (Caderno de Debates; n. 7).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL (CPDS). *Agenda 21 Brasileira: bases para discussão*. Brasília: MMA; PNUD, 2000.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI ONGS*. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. *Relatório Final da CPI destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de*

Organizações Não-Governamentais – ONGs, nos termos do Requerimento n. 22, de 2001. Brasília: Senado Federal, 2002.

BROOKE, J. Why They Killed Chico Mendes. *The New York Times*, 19 aug. 1990. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1990/08/19/books/why-they-killed-chico-mendes.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. *The Calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy.* Michigan: University of Michigan Press, 1962.

BUTLER, E. *Escolha pública: um guia.* São Paulo: Bunker Editorial, 2015.

CALDAS, L. ONGs atuam na Amazônia como um “governo paralelo”, diz Aldo Rebelo. *Veja*, n. 2863, 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.veja.abril.com.br/brasil/ongs-atuam-na-amazonia-como-um-governo-paralelo-diz-aldo-rebelo>. Acesso em: 07 jun 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (CMMAD). *Nosso Futuro Comum.* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARRASCO, L.; PALACIUS, S.; LINO, G. L. L. *Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial.* Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review, 2001.

CHICO Mendes’s Legacy. *The New York Times*, 26 dec. 1998. Opinion. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1998/12/26/opinion/chico-mendes-s-legacy.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

COSTA, E.J.M. A Cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglas North. *Revista Nova Economia*, v. 29, p.1359-1385, 2019. Número especial.

COSTA, E. J. M. *Amazônia e soberania: um breve resgate histórico.* Belém: Faculdade de Economia/UFGPA, 2024. (Série Textos para Discussão; n. 1).

COSTA, E.J.M.; BORBA, D. A. A Teoria das Ordens Sociais: uma abordagem inovadora para a análise da historiografia econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 15.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 16., 2023a, Osasco. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/abphe2023/anais/eduardojose.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024.

COSTA, E.J.M.; BORBA, D. A. A Teoria das Ordens Sociais: uma abordagem inovadora para a análise do desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 21., 2023b, Belém.

DEATHWATCH for the Amazon. *The Economist*, 1st aug. 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2019/08/01/deathwatch-for-the-amazon>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DELFIN NETTO, A. O Pró-Amazônia/Promotec. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jun. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0206200406.htm>. Acesso em: 09 maio 2024.

DESIDERI, L. Internacionalização da Amazônia: o que é verdade e o que é mito. *Gazeta do Povo*. Brasília, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/>. Acesso em: 09 maio 2024.

DEWAR, E. *Uma demão de Verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios*. Rio de Janeiro: Capaxdei, 2007.

EICHHORN, N. D. *Implications of rising carbon dioxide content of the atmosphere: a statement of trends and implications of carbon dioxide research reviewed at a conference of scientists*. New York: Conservation Foundation, 1963.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: EPE, 2007. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-PNE-2030>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FAN, Y. et al. Hillslope hydrology in global change research and earth system modeling. *Water Resources Research*, v. 55, n. 2, feb. 2019. Disponível em: <https://www.agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1029/2018WR023903>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FLORES, B. M. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, n. 626, p. 555–564, feb. 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-023-06970-0#citeas>. Acesso em: 09 maio 2024.

GAIA AMAZONAS. *¿Qué es la conectividad ecosistémica y cultural Andes, Amazonas, Atlántico?* Bogotá: Fundación Gaia Amazonas, 2020. Disponível em: <https://www.gaiaamazonas.org/en/noticias-y-comunicados/que-es-la-conectividad-ecosistemica-y-cultural-andes-amazonas-atlantico/>. Acesso em: 06 maio 2024.

GAIA AMAZONAS. *Corredor AAA: una iniciativa macro-regional para responder al cambio climático*. Bogotá: Fundación Gaia Amazonas, 2018. Disponível em: *Corredor AAA: una iniciativa macro-regional para responder al cambio climático – Gaia Amazonas*. Acesso em: 01 maio 2024.

GAIA AMAZONAS. *Una economía con nombre propio: perspectivas locales hacia um modelo pertinente para la Amazonía*. Bogotá: Fundación Gaia Amazonas, 2024. Disponível em: <https://www.gaiaamazonas.org/en/noticias-y-comunicados/resumen-conversaciones-amazonia-2023/>. Acesso em: 06 maio 2024.

GARDINER, D.; FRIEDMAN, S. *Farms Here, Forest There: tropical deforestation and U.S. competitiveness in agriculture and timber*. Arlington, VA: David Gardiner & Associates, 2017.

HABERMAN, C. The Lasting Legacy of a Fighter for the Amazon. *The New York Times*, 27 nov. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/27/us/chico-mendes-amazon-retro-report.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

KOLK, Ans. *Forests in International Environmental Politics*. Utrecht: International Books, 1996.

LIMA, S. E. M.; COUTINHO, M. C. S. *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. *Science Advances*, v. 4, eaat 2340, 21 feb. 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/pdf/10.1126/sciadv.aat2340>. Acesso em: 29 abr 2024.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point: last chance for action. *Science Advances*, v. 5, 20 dec. 2019. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aba2949>. Acesso em: 30 abr 2024.

LUTZENBERGER, J. *Fim do Futuro?* manifesto ecológico brasileiro. 5. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

MAESTRI, R. O pesadelo da perda da Amazônia existe, e agora tem mapa, programa e justificativa. *GGN – O Jornal de Todos os Brasileiros*, 16 maio 2015. Disponível em: <https://www.jornalgggn.com.br/internacional/o-pesadelo-da-perda-da-amazonia-existe-e-agora-tem-mapa-programa-e-justificativa/>. Acesso em: 09 maio 2015.

MARCHAO, T. “Retórica arrogante”, responde embaixada brasileira sobre invadir Amazônia. *UOL Internacional*, São Paulo, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://www.noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/08/06/retorica-arrogante-responde-embaixada-brasileira-sobre-invadir-amazonia.htm>. Acesso em: 24 jun 2024.

MEAD, M. World population: world responsibility. *Science*, v. 185, n. 4157, 27 sep 1974.

MENDES, A. D. *Amazônia: cidadania ou capitulação: uma involuntária alegoria amazônica produzida em parceria por poetas, prosadores e políticos não amazônicos*. In: COSTA, E. J. M. *Armando Dias Mendes: vida e obra de um intérprete da Amazônia*. Belém, PA: Marques Editora, 2014. (Coleção ACP; 1).

MIRANDA, E. E. *Quando o Amazonas corria para o pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://www.sc.movimentoods.org.br/agenda-2030/>. Acesso em: 16 jun 2024.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. Violence and the rise of open-access orders. *Journal of democracy*, v. 20, n. 1, p. 55-68, 2009b.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. *Violence and social order: a conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009a.

ODM Brasil. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/>. Acesso em: 12 jun 2024.

ONU. *O Futuro Que Queremos*. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas – Brasil (ONU-BR), 2012.

ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas – Brasil (ONU-BR), 2015. Disponível em: <https://www.brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 21 ago 2023.

ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas – Brasil (ONU-BR), 2015. Disponível em: <https://www.brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 21 ago 2023.

ORTIZ, F. Triplo A: o controverso corredor ecológico que ligaria os Andes ao Atlântico. *(O)eco*, 23 out. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/triplo-a-o-controverso-corredor-ecologico-que-ligaria-os-andes-ao-atlantico/>. Acesso em: 1 maio 2024.

RITEIRA, J. M. Raoni, Ong's, empresas e governos estrangeiros contra Belo Monte. *Blog do Piteira*, 5 maio 2010. Disponível em: <https://www.blogdopiteira.blogspot.com/2010/05/raoni-ongs-empresas-e-governos.html>. Acesso em: 24 maio 2024.

PROFESSOR de Harvard considera cenário polêmico: 'Quem vai invadir o Brasil para salvar a Amazônia?'. *BBC News Brasil*, 6 agosto 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49253621>. Acesso em: 24 jun 2024.

RABINOVICI, A. *Uma Demão de Verde: os laços entre grupos ambientalistas, governo e grandes negócios*. Resenha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 2001-205, jan./jun. 2008.

REBELO, A. *Amazônia: a maldição de Tordesilhas. 500 anos de cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Artensaio, 2024.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Manaus: Ed. Valer, 2021.

ROSA, V. ONGs só atuarão na Amazônia com autorização expressa da Defesa. *O Estado de São Paulo*, Nacional, p. A4, 24 abr. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/342897/noticia.htm>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

SANCTON, T. Planet of the year: what on earth are we doing? *Time*, 2 jan. 1989. Disponível em: <https://www.content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,956627-4,00.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

SHIMAMOTO, C. Y. *Serviços ecossistêmicos da floresta tropical: uma avaliação em diferentes escalas espaciais*. 2016. 113 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43664/R%20-%20T%20-%20CAROLINA%20YUMI%20SHIMAMOTO.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun 2024.

SIMONS, M. Vast Amazon Fires, Man-Made, Linked To Global Warming. *The New York Times*, 12 aug. 1988. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1988/08/12/world/vast-amazon-fires-man-made-linked-to-global-warming.html#:~:text=The%20destruction%20and%20burning%20of,earth%20through%20the%20greenhouse%20effect>. Acesso em: 09 maio 2024.

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. *Government failure: a primer in public choice*. Washington, D.C.: Cato Institute, 2002.

WALT, S.M. Who Will Save the Amazon (and How?). *Foreign Policy*, 5 aug. 2019. Disponível em: <https://www.foreignpolicy.com/2019/08/05/who-will-invade-brazil-to-save-the-amazon/>. Acesso em: 01 fev 2019.